



Câmara Municipal de Curitiba

ATAS DAS REUNIÕES

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA
COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS
E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA
UM DE NOVEMBRO DE 2022, PARA
DISCUSSÃO DOS PROJETOS DE LEIS
ORÇAMENTÁRIAS PARA O ANO DE
2023

Ao primeiro dia do mês de novembro de dois mil e vinte e dois, conforme Edital de Convocação publicado aos vinte e oito dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, no Diário Oficial do Município de número 184, Ano XI, realizou-se a Audiência Pública da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização para discussão dos projetos de Leis Orçamentárias para o ano de 2023. A Audiência Pública foi presidida pelo Vereador Sergio R. B. Balaguer, Presidente da Comissão, e participaram os demais membros, Vereadores Ezequias Barros, Hernani, Rodrigo Marcial, João da 5 Irmãos, Jornalista Márcio Barros, Osias Moraes, Professora Josete e Tito Zeglin. Além destes, estavam presentes, como convidados da Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento: Adriane Cristina dos Santos, Diretora de Planejamento; Daniele Regina dos Santos, Superintendente Executiva; Mario Nakatami Jr., Superintendente Fiscal; Carlos Kukolj, Diretor de Orçamento; Claudinei Nogueira, Diretor de Contabilidade; Jaderson Goulart, assessor do órgão; e Marcio Heimoski, Gerente de Orçamento. Ainda, também estava presente a Sra. Aline Bilek Bahr, Promotora de Justiça do Ministério Público do Paraná. O senhor Presidente apresentou os resultados obtidos com a consulta pública realizada por este legislativo. Consta nas notas taquigráficas o seguinte: "O SR. PRESIDENTE:- Bom dia a todos. Gostaria de convidar os Vereadores João da 5 Irmão e Rodrigo Marcial para participarem da Mesa. Vamos iniciar essa audiência. Hoje temos um roteiro de apresentação que foi elaborado pela Diretoria de Comunicação e pela Diretoria das Comissões. Faremos uma apresentação de forma breve, bastante resumida, para que a Comissão apresente aos demais Vereadores, e à população em geral, esse momento em que a Câmara também fez suas consultas públicas, através das regionais e dos instrumentos das redes sociais. Quero iniciar cumprimentando todos os Vereadores e a Comissão de Finanças, Economia e Fiscalização desta Casa, os seus membros, este Presidente que vos fala, os Vereadores Hernani, João da 5 Irmãos, Rodrigo Marcial, Jornalista Márcio Barros, Professora Josete, Osias Moraes, Tito Zeglin, Ezequias Barros. Quero registrar a presença da Dra. Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná, Aline Bilek Bahr, seja muito bem-vinda, tem acompanhado nossas audiências, e que representa a Promotoria de Habitação e Urbanismo do Ministério Público do Estado do Paraná. Registramos a presença da Sra. Daniele Regina dos Santos, Superintendente da Secretaria de Finanças, que no momento está concedendo uma entrevista; Sra. Adriane Cristina dos Santos, Diretora do Instituto IMAP, Diretora de Planejamento; Mario Nakatani Júnior, Superintendente da Secretaria de Finanças e Superintendente Fiscal; Marcio Heimoski, Gerente de

Orçamento; Claudinei Nogueira, Diretor de Contabilidade; Jaderson Goulart, Assessor da Secretaria de Finanças; Carlos Kukolj, Diretor de Orçamento; do ex-Vereador Dirceu Moreira. Os nossos trabalhos vão seguir o mesmo ritual, e a partir da abertura dessa audiência faremos uma apresentação. E após a apresentação da Câmara, entrará também a participação e o detalhamento do orçamento para o próximo ano, através da Lei Orçamentária Anual, 2023, que será apresentada pelos técnicos da Prefeitura. Faremos a apresentação e depois abriremos para perguntas e participação geral. De imediato, peço à Vereadora Professora Josete, na condição de Secretária, que leia o edital de consulta pública para essa fase da discussão orçamentária. A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Edital. Consulta pública e audiência. Fase de discussão, orçamento 2023. O Presidente da Comissão Permanente de Economia, Finanças e Fiscalização, no uso de suas atribuições legais, torna público a convocação de consulta pública, debate e audiência pública da fase de discussão das Proposições n.º 013.00010.2022. Projeto de Lei que altera dispositivo da Lei nº 16.036, de 30 de junho de 2022, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária Anual para 2023, e nº 013.00011.2022, Projeto de Lei que estima a receita e fixa a despesa do Município de Curitiba para o exercício financeiro de 2023, previstos no Art. 48, § 1º, Inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal. E Art. 44, da Lei nº 10.1257, de 10 de julho de 2001, Estatuto da Cidade, conforme o que segue. Consulta pública, 29 de setembro a 23 de outubro na internet, disponível em www.curitiba.pr.leg.br. 03 a 21 de outubro, presencial nas administrações regionais. Audiência pública, 1 de novembro de 2022, terça-feira, às 9h, em Sessão Plenária presencial. Vereador Sergio Balaguer, Presidente da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização. Palácio Rio Branco, 28 de setembro de 2022. Leônidas Edson Kuzma, Presidente. O SR. PRESIDENTE:- Só complementando, o edital da abertura da consulta pública desta audiência pública com as instruções para o acesso ao projeto de lei anual foi publicado na edição 11.129 do Jornal Diário, Indústria e Comércio, página 19, na edição dos dias 30 de setembro e 2 de outubro de 2022, sexta-feira a domingo. Também tivemos a publicação no Diário da Câmara nº 10.853, de 29 de setembro de 2022. E no Diário Oficial do Município nº 184. Ainda, comunicado à imprensa com divulgação dessa audiência, foi enviado a todos os meios de comunicação, jornais, rádios, televisões, com sede ou sucursal em nossa cidade. A dinâmica dos trabalhos. Faremos esta audiência com a duração de duas horas. Iniciou-se às 9h44min, a previsão de término é às 11h44min. O roteiro será a apresentação do relatório da Câmara e, na sequência, a explanação do Executivo, através da Superintendente Daniele Regina dos Santos. Depois, a terceira parte, faremos a concessão da palavra aos questionamentos e comentários, ou sugestão, que obedecerão aos seguintes critérios: aos Vereadores que compõem a Comissão de Economia, aos demais Vereadores e aos participantes que também poderão se manifestar da seguinte maneira: os presentes farão a manifestação através da disponibilização de inscrição, e haverá papeletas distribuídas no Plenário com a equipe do Cerimonial. E, os que acompanham a Sessão virtualmente podem se manifestar por meio do e-mail da Comissão de Economia, que aparece na tela, comissao.economia@cmc.pr.gov.br. Passo agora à apresentação do relatório que foi elaborado. Mais uma vez, quero salientar e ressaltar o trabalho, através da nossa Diretoria de Comunicação da Câmara Municipal e da Diretoria das Comissões, que elaboraram esse relatório que está sendo apresentado agora. O orçamento de Curitiba para 2023 foi o resultado de consulta pública ao Projeto de Lei Orçamentária, Proposição nº 013.00011. O conceito da LOA é a norma que faz a programação de gastos anuais da cidade e estabelece a previsão de receitas para custear esses gastos. Tudo isso de acordo com as prioridades do Plano Plurianual, PPA, e as regras estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, LDO. Essas leis já foram aprovadas, inclusive a LDO, no primeiro semestre deste ano. Temos o orçamento montante de Curitiba com uma estimativa de dez bilhões e duzentos milhões de reais para 2023. Um crescimento de aproximadamente 12% em relação ao ano anterior. Seiscentos e sessenta e seis milhões é o valor com o qual a Capital

espera contar para a realização de investimentos, e depois será apresentado. O marco legal dessa consulta da gestão orçamentária participativa é previsto em Lei do Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257, de 2001, e a Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101, de 2000. Informação e cidadania que possibilitou essa elaboração de recebimento de informações é o empoderamento da população acerca das leis orçamentárias. Transparência na tramitação do projeto; disponibilização da página Orçamento da Cidade; criação de hotspots para a LOA 2023. Como foi feita a divulgação: on-line, off-line, entre os dias 29 de setembro a 25 de outubro, nas redes sociais, utilizando o Facebook, Instagram, Twitter, TikTok, Youtube. No site da Câmara, os banners da página oficial, hotspots. As notícias públicas no site, distribuídas à imprensa via WhatsApp, e sistema do transporte coletivo, com cartazes, telas nos terminais, mídia de embarque nos ônibus. Nas redes foram dezoito publicações divulgadas com os perfis oficiais da Câmara Municipal, e teve um alcance de trinta e cinco mil pessoas. Foram oito matérias divulgadas no site da Câmara e distribuídas à imprensa. E a repercussão na imprensa, a divulgação feita pela Câmara que resultou em oitenta matérias publicadas pela imprensa sobre o projeto da LOA. A participação da juventude em destaque, foram estudantes do Instituto Tibagi, que durante a sua visita guiada pela Câmara Municipal também deram o seu recado na consulta pública. O objetivo foi incentivar o envolvimento dos jovens na construção do orçamento de Curitiba. A Câmara de Curitiba é a única das grandes cidades com consulta à LOA. Das dezesseis cidades brasileiras com mais de um milhão de habitantes, apenas a nossa Câmara Municipal realiza consulta à população antes de se votar a lei orçamentária. Alinhada a essa tradição de transparência, em 2021 a Comissão de Economia, pela primeira vez na história, alterou o orçamento para reforçar a área mais demandada pela população na consulta pública, que foi um recurso à Saúde. Esta foi uma conquista que, além das cotas tradicionais dos Vereadores, tem um incremento que a Comissão de Economia e Finanças aponta a essas emendas que foram dedicadas a três áreas nesse orçamento que está sendo executado. Os resultados da consulta pública, realizada entre 29 de setembro a 25 de outubro. Total de participantes, mil cento e noventa e oito. Urnas, foram 26,2% e, no site da Câmara, 78%; foram as formas de participação. O perfil dos participantes: 56% são do gênero feminino; 42% do gênero masculino; e 1% não especificou. A faixa etária entre trinta e cinco e cinquenta e nove anos foram 54%; menores de 18 anos, 2%; 2,1% não especificou; acima de sessenta anos, 14,8%; e entre dezoito e trinta e quatro anos, 28%. Esse foi o perfil dos participantes. Participantes por regional. A Matriz se destacou com duzentos e sessenta e três; o Bairro Fazendinha com cento e noventa e seis; o Bairro Boa Vista com cento e oitenta e cinco; o Bairro Boqueirão com cento e cinquenta; o Bairro Cajuru com cento e dezessete; Santa Felicidade com noventa e três; o Bairro Novo com oitenta e um; o Pinheirinho com cinquenta e cinco; CIC com quarenta e quatro; e Tatuquara com quatorze. Esse foi o total. As áreas mais demandadas. Cada um dos mil cento e noventa e oito participantes pôde sugerir até três áreas prioritárias, o que totalizou três mil quatrocentos e trinta e uma indicações. Educação, o destaque, para setecentas e quarenta indicações; obras, quinhentas e vinte e nove; segurança, quatrocentas e cinquenta e seis; saúde, quatrocentos e quarenta e nove; assistência social; transporte; esporte e lazer; meio ambiente, conforme os números demonstram. Educação, obras e segurança equivalem a 50,2% das demandas, e 49,7% as demais áreas. Educação, as top cinco demandas. Destaque para reformas nos equipamentos de educação; melhorias na educação de forma geral; ampliação do número de profissionais; oferta de contraturno escolar; e ampliação do número de vagas nos CMEIs, que são as creches. Obras, as top cinco demandas que mais se destacaram foram: implantação de pavimentação, isso tem sido muito frequente nos orçamentos, nós observamos; manutenção da pavimentação; melhorias nas obras em geral; construção de calçadas e; implantação de trincheira ou viaduto. Estes foram os destaques. Na segurança, os destaques foram para o aumento do número de rondas da Guarda Municipal; melhorias em geral na segurança; implantação de módulo da Guarda

Municipal; ações de prevenção ao uso de drogas; e ampliação de efetivo da Guarda Municipal. Como eu já havia nominado, a comissão é formada por nove membros, e vou repetir aqui os membros que compõem essa comissão: este Presidente; Vereador Rodrigo Marcial, Vice-Presidente; Vereador Ezequias Barros; Vereador Hernani; Vereador João da 5 Irmãos; Vereador Jornalista Márcio Barros; Vereador Osias Moraes; Vereadora Professora Josete; e Vereador Tito Zeglin. Essa foi a apresentação. Quero agradecer ao Presidente da Câmara que disponibilizou todas as equipes que participaram diretamente dessas consultas, em seu nome, em nome da Mesa, os agradecimentos da comissão. Vou de imediato passar a palavra à Sra. Daniele para que faça a apresentação agora do Executivo, da LOA que está sendo apresentada agora na audiência pública. Esse rito, é bom observarmos, o destaque e a pesquisa que esta Câmara fez aos demais municípios, as fases da LOA, isso há muitos anos a Câmara Municipal de Curitiba tem como tradição sempre fazer essa audiência, por quê? Porque a partir do momento em que a Câmara passou a participar do orçamento com as emendas, sejam elas individuais ou coletivas, algumas das sugestões podem indicar e nortear o orçamento para a população daquelas obras que não estão especificadas ou priorizadas no orçamento que o Executivo apresenta. Agora é a fase em que a Câmara, recebendo as sugestões de apontamento de emendas, a possibilidade, como tem sido também tradição desta Casa, através da formação de emendas coletivas ou emendas individuais que atendam aqueles equipamentos públicos ou aquelas instituições, e aqui são diversas, em várias áreas, da assistência social, área da cultura, área da saúde, que tem vindo a esta Câmara, frequentemente temos recebido instituições de saúde, instituições de ensino, instituições que também são setores que não estão vinculados ao setor público, mas que ajudam no dia a dia da dinâmica da cidade. Portanto, essa fase é muito importante porque sempre surgem oportunidades daquelas obras que podem ser inseridas no orçamento, utilizando o instrumento das emendas legislativas. Então, só queria frisar isso. Passo a palavra agora à Daniele, agradecendo mais uma vez a presença de vocês aqui nesta manhã. A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- Bom dia. Nós que agradecemos a oportunidade de clarear um pouco sobre o projeto de lei que foi encaminhado à Câmara, da LOA para o exercício de 2023. Vamos iniciar, Vereador, se o senhor me permite, passando para a Adriane do IMAP, para explicar, desdobrar o Fala Curitiba, e depois retomamos para poder detalhar as questões do projeto de lei. Ok? O SR. PRESIDENTE:- Só vou fazer novamente a apresentação da Adriane Cristina dos Santos, diretora de planejamento do IMAP na nossa cidade. Com a palavra a Adriane. A SRA. ADRIANE CRISTINA DOS SANTOS:- Bom dia. Podemos passar adiante na primeira lâmina. Vamos falar sobre a consulta pública realizada para a construção da LOA. Todo o material está disponível, assim como o resultado da consulta no Portal da Transparência, na aba de orçamentos, para o projeto de lei que é emitido da LOA vem os resultados do Fala Curitiba também. Os canais de comunicação da audiência pública são através dos e-mails da Secretaria de Finanças ou do próprio IMAP e ainda o chat no YouTube quando foram apresentados. O Fala Curitiba é um projeto do IMAP que é composto pela consulta das leis orçamentárias, tanto da LDO como da LOA. Então, começamos a trabalhar desde março para a consulta da LDO e a partir de abril, meados de abril, maio, iniciamos a consulta para a LOA de 2023. Temos o selo de governança da ONU. Duas fases para a LOA. A primeira fase de credenciamento, que é quando perguntamos para a população no que ela acha que a Prefeitura deve gastar os recursos adquiridos, coletados através dos impostos. Então, registramos as demandas. Essa primeira fase é a mais extensa, vai de 7 de abril até 27 de maio nesse ano e temos as participações on-line, nesse ano temos uma nova estratégia que foi adotada, o Fala Curitiba Móvel e as reuniões presenciais que retornaram depois de dois anos por conta da pandemia. E tem a segunda fase que é, depois do resultado dessa colhida de demandas, levar as sugestões até as secretarias municipais, os técnicos analisam e nos dizem o que é possível ser feito daquilo, o que não cabe na legislação, aquilo que é de competência de outras esferas de governo e daí atribuímos uma listagem de mais ou

menos umas trinta demandas para cada administração regional e vai para a fase da votação, que é essa segunda fase. E daí sim vamos definir as dez prioridades para cada regional. Ela acontece de 11 a 29 de julho e através da participação on-line, do Fala Curitiba Móvel e das reuniões presenciais. Na fase de credenciamento, no on-line e nas fichas, o cidadão tem que dizer de qual regional ele quer participar. Mas é uma questão aberta, mesmo que o Fala Curitiba Móvel esteja no Boqueirão e a pessoa que foi abordada more no Portão e quer fazer a sua sugestão da Matriz, não tem problema, nós acolhemos como um cidadão de Curitiba independentemente de onde ele esteja fisicamente e, sim, sobre aquilo que ele quer opinar na cidade. Pode fazer até cinco opções em duzentos e dois subitens de cinquenta e dois temas dentro das quinze políticas públicas. Então, abrimos por política pública: saúde; educação; esporte e lazer; cultura. Dentro de cada uma dessas políticas temos os subitens e ainda dentro dos subitens outros temas pormenorizados. E ainda, se o cidadão não encontra ali a melhor maneira de se expressar, existe um campo aberto no qual ele pode escrever qualquer coisa além daquilo que foi colocado como opção. Foram mil novecentas e noventa e duas participações pelo portal, no on-line. Na participação do Fala Curitiba Móvel, que também foi o primeiro ano que fizemos isso para a LOA, já tínhamos feito para a LDO, mas para a LOA foi a primeira vez, tivemos cento e cinco ações. Do que era composta o que chamamos de ação? É uma kombi caracterizada com uma equipe de ajudantes do IMAP, com os próprios gestores da administração regional que ficavam ali num período de três a quatro horas, num lugar fixo da regional, pré-comunicado, avisado, divulgado, colhendo as demandas de quem passava pelo local ou de quem tinha sido avisado sobre a presença da equipe e ia lá deixar a sua opinião. Cento e cinco locais da cidade foram visitados naquele período e tivemos quatro mil oitocentos e oitenta e quatro formulários preenchidos. Então, é uma participação bem maior no físico do que no on-line. (slides). Ali tem só um exemplo da ficha que era entregue para a população com as quinze políticas, os subtemas e o espaço em branco para as pessoas darem a sua sugestão. Na participação das reuniões presenciais. Como eu disse, nós voltamos este ano com as reuniões presenciais, acreditamos que é o instrumento mais rico que temos de conversa com a população, em que levamos os técnicos da Prefeitura para tratar diretamente com as pessoas a respeito das demandas que elas trazem na hora ali. Tivemos cinquenta e duas reuniões presenciais nas regionais no período noturno, entre 10 e 26 de maio, somando tudo dá mais de cem horas de reunião, também um número expressivo de participantes, quatro mil cento e quatro, quinhentos e seis grupos formados, porque a dinâmica dessas reuniões é que as pessoas escolham sobre qual assunto elas querem conversar e nós direcionamos para grupos específicos, um da saúde, um da educação, um da cultura, um de obras públicas e daí os técnicos das pastas estarão lá para mediar a conversa e a solicitação. O resultado de tudo isso da reunião são prioridades coletivas apontadas. Então, por mais que eu tenha um grupo de vinte pessoas para discutir obras públicas e que cada uma dessas vinte pessoas queira uma obra em particular, a mediação do técnico da Prefeitura faz sugerir no máximo três propostas coletivas. Então, nós ensinamos a população a priorizar, explicando para eles que nem tudo conseguimos colocar para dentro do orçamento, que precisamos priorizar e que sempre pensamos no coletivo. Com isso, tivemos mil quinhentos e setenta e quatro propostas coletivas e cerca de mil e oitocentos formulários preenchidos. Uma ampla divulgação também através da comunicação social. (slides) Ali são exemplos de cards de WhatsApp e outras mídias (P) sociais que usamos para divulgar. Como eu falei, a divulgação é bem ampla nos veículos de comunicação oficial. Temos publicações em jornais de bairros, demandadas pela Secretaria de Comunicação Social, matérias jornalísticas, jornal de bairro, cards do WhatsApp, cartazes impressos e folders. Todo o mobiliário urbano da cidade ali nas semanas que antecedem a votação é voltado para o Fala Curitiba. Ligação por telefone, SMS, e-mail, marketing, as redes sociais, os banners digitais no site da Prefeitura, os painéis digitais de *outMidia outdoor* e faixas de divulgação nos locais da reunião. Temos uma ampla gama de material de divulgação. Na segunda fase, depois

daquele trabalho um pouquinho mais técnico com as Secretarias e com as trinta demandas organizadas de cada Regional, abrimos a eleição por Administração Regional. Foram três mil cento e setenta e seis cidadãos que participaram pelo Portal e um pouco mais pelos formulários impressos, também através da estratégia do Fala Curitiba Móvel e das reuniões presenciais. Do Fala Curitiba Móvel foram sessenta ações, que abordaram três mil oitocentos e quarenta e um cidadãos e tivemos dez reuniões presenciais. Prioridades eleitas por política pública para a indicação na LOA. Em primeiro lugar é a saúde, na sequência temos educação, obras públicas e segurança, não fugindo muito daquele resultado que deu aqui também com a consulta da Câmara. A única coisa que chama a atenção é que esse resultado geral na verdade não tem tanta importância quando falamos de Administração Regional, porque levamos a oportunidade de dez demandas prioritárias eleitas por Administração, logo, é um resultado muito diferente de uma Administração para outra. Esse que vocês estão vendo é juntando a cidade como um todo. Tem bastante coisa de consulta especializada na saúde e na educação também aparece muito a questão de reforma de equipamentos. Obras públicas, temos bastante coisa de reciclagem de asfalto. Segurança, também temos muitas ações de combate às drogas, como apareceu na consulta da própria Câmara e assim por diante. Aí estão alguns números gerais. Se formos pegar desde a fase um de credenciamento, até o último dia da votação, de 11 de abril até 29 de julho tivemos quinze mil quatrocentas e setenta e quatro participações e cento e sessenta e cinco ações do Fala Curitiba Móvel, quer dizer, estivemos em cento e sessenta e cinco locais diferentes da cidade. Foram sessenta e um mil credenciamentos e quando falamos em credenciamentos são até cinco sugestões de cada pessoa. Foram sessenta e duas reuniões, contando as da fase final também. Foram cinco mil cento e sessenta e oito participações pela internet e dez mil pelas fichas presenciais, que é o resultado do Fala Curitiba Móvel. Então, essa ação de ponta teve quase o dobro do que a on-line e as políticas mais indicadas são saúde, educação e obras. Passamos e acho que não vou ler uma por uma, até porque esse resultado está disponível no site do Fala Curitiba e aparece também dentro do orçamento, mas temos as dez eleitas em cada Administração Regional. Podemos só ir passando os slides, não vou ler uma por uma, olhem, Boa Vista, Boqueirão, CIC, Cajuru, Matriz, Pinheirinho, Portão, Santa Felicidade e o Tatuquara. Se vocês forem contar o número de prioridades ali em cada uma, pode ser que não sejam dez, mas eu tenho mais de uma opção por política pública, é o caso da saúde, como foi a mais demandada, que muitas vezes em uma Administração Regional tem três prioridades da saúde. Essa é a equipe do Fala Curitiba que dá conta de juntar toda essa informação e transformar isso em proposição para o orçamento. Estamos à disposição lá no IMAP para qualquer dúvida que seja levantada. Obrigada. O SR. PRESIDENTE:- Agradecemos a explanação da Sra. Adriane e agora já de imediato passamos a palavra à Daniele Regina dos Santos, Superintendente Executiva de Finanças, para a apresentação dos números da Lei Orçamentária Anual de 2023. A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- Obrigada, Vereador Serginho. Vamos ao projeto de lei em si, em que estão incluídas as questões do Fala Curitiba e pela primeira vez destacamos as ações do Fala Curitiba, que aparecem no projeto de lei de uma forma clara, até para que a população possa enxergar. Ali temos a questão do projeto de lei, a estimativa da receita e a fixação da despesa do Município para o exercício de 2023. No projeto de lei, nos Art. 1º ao 3º temos a definição do orçamento fiscal, seguridade social e as estimativas da receita e despesa por órgão. Dos Arts. 4º ao 9º, a definição de autorização de abertura de créditos adicionais e suplementares. Do Art. 10 ao Art. 13 o orçamento de investimento, detalhando e trazendo as receitas e despesas. E no Art. 12 e Art. 13 as disposições gerais da lei. Esse é o formato que temos da lei e ela é preenchida por diversos anexos que mostram e demonstram a despesa e a receita, sob vários ângulos distintos. Os indicadores econômicos, aquilo que usamos de base para fazer as projeções de receita e despesa para o exercício de 2023. Vamos utilizando as informações que estão disponíveis no momento em que estamos realizando as previsões,

principalmente as questões que vêm dos cenários econômicos dos grandes bancos, que trazem esses cenários econômicos, do Banco Central, dos semanários da Focus, que vão nos trazendo essas informações. Então, usando a taxa de crescimento do PIB do Brasil, a variação do PIB. O PIB de serviços; o PIB estimado em Curitiba que utilizamos também, tudo isso para fazer a base de cálculo de impostos; a população estimada da cidade; o IPCA; a taxa de câmbio, pois temos muitas operações de crédito baseadas em câmbio e temos a taxa Selic. Tudo isso é utilizado para compor os valores de projeção, tanto de receita quanto de despesa. Ora em alguns impostos, ora em outros, são taxas distintas que são utilizadas conforme a configuração de cada um desses impostos e dos contratos que temos para prever. A previsão de receitas. A previsão de receitas é feita da previsão dos tributos municipais, das transferências estaduais, federais e das operações de crédito. Todos esses recursos entram na previsão de receitas. Não entra na previsão de receitas o saldo de caixa disponível, a disponibilidade de caixa, que forma o que chamamos de superávit. A receita que temos prevista para o exercício de 2023 é de onze bilhões e quinhentos milhões reais. Em receita corrente, nove bilhões seiscentos e sessenta e nove milhões; receita de capital quinhentos e trinta milhões e intraorçamentárias um bilhão e trezentos milhões. As intraorçamentárias são aquelas receitas que são trabalhadas entre as diretas e indiretas do município. As receitas correntes municipais, acho que mais uma vez mostramos a força do orçamento municipal, com a arrecadação que fica na ordem de cinco bilhões novecentos e noventa milhões de reais. Trabalhamos para não ser um município dependente de repasses e de transferências. As transferências constitucionais que nos são repassadas pela União e pelo Estado. A União em torno de um bilhão e meio e o Estado em torno de um bilhão e trezentos e outras transferências na ordem de oitocentos e setenta e dois. As operações de crédito previstas para a entrada de recursos para o exercício do ano que vem, são de trezentos e oitenta e oito milhões. A transferência de capital de oitenta e oito milhões e as outras receitas de capital cinquenta e três milhões. Esse é o panorama geral. Então, mais uma vez mostramos a força da arrecadação municipal, que não nos torna um município dependente e a proporção dos outros repasses que temos. As receitas correntes municipais. Aí temos as receitas abertas por item. Temos o ISS e aí entra o ISS principal, a dívida ativa, as multas de juros da ordem de um bilhão novecentos e doze milhões para o exercício de 2023. Para o IPTU um bilhão e duzentos milhões. Para ITBI quatrocentos e noventa milhões e Imposto de Renda em quinhentos e trinta milhões. No Imposto de Renda tivemos uma alteração e agora temos que realizar a retenção do Imposto de Renda, por ordem federal, de legislação federal, das empresas e isso acabou elevando um pouco a mais, mas não significa que recebemos recursos a mais, significa que recebemos o recurso antes. Todo recurso de Imposto de Renda acaba sendo descontado no FPM depois, o recurso que arrecadamos antes. Então, Imposto de Renda não é uma fonte de recursos, ele acaba sendo depois contraposto no FPM. As contribuições quinhentos e oitenta e sete milhões; a receita patrimonial quinhentos e sessenta e oito milhões; taxas na ordem de duzentos e trinta milhões; serviços na ordem de duzentos e cinquenta e três milhões e outras receitas que são duzentos e quatorze milhões, totalizando os cinco bilhões novecentos e noventa milhões de receita municipal. A receita tributária. Temos esse gráfico que vamos mostrando através do tempo quais são os valores. Temos tido um crescimento, um incremento no ISS, que é muito reflexo da própria situação econômica, ele tem muita relação com a situação econômica. Temos um crescimento do IPTU, que vem apresentando em função até da legislação que tínhamos que vai recompondo essas plantas no tempo. O Imposto de Renda, que teve uma pequena queda e agora começa também a apresentar. O ITBI que é um imposto muito relacionado à prática do mercado e que talvez seja o imposto que tenhamos menor previsibilidade, mas tem tido um comportamento estável. E a taxa de lixo também tem se apresentado estável, tem se mantido nesses exercícios. Nas receitas correntes as transferências da União para que possamos ver os valores da União. O valor mais significativo que temos é a transferência do SUS, que embora

esteja com valor de novecentos e quarenta e dois milhões, é uma fonte que os valores do SUS realmente, como a Vereadora Noemia colocou, existem dificuldades referentes ao valor do SUS. O valor do SUS está estagnado há muitos anos, não temos recomposição do valor do SUS e isso se apresenta sim nas dificuldades que temos. Curitiba investe muito além do que a determinação legal em saúde, para tentar dar conta de atender as demandas e não vemos aqui na Capital situações como ocorrem corriqueiramente em outros locais. A Capital tem dado conta desse trabalho, mas é à custa de sacrifício de recursos do Município, porque não temos recomposição do SUS para essas finalidades. Acho que o grande trabalho é sim trabalhar a questão da recomposição do SUS, que isso é que vai dar sustentabilidade mais efetiva aos hospitais. Temos as demais transferências, o Fundo de Ação Social, a questão do FNDE de setenta e cinco milhões, também tem ficado estável nesses anos. E alguns convênios na ordem de quinze milhões, então um bilhão quinhentos e dois milhões da União. Nas transferências do Estado temos o nosso ICMS, que tem sido uma luta árdua, porque o ICMS é um imposto significativo, mas que temos tido valores cada vez mais decrescentes de repasse ao Município e que agora, no momento em que estamos, sabemos que vamos ter um decréscimo maior ainda em função das isenções e reduções que foram feitas no ICMS, principalmente... O combustível até não teve um reflexo tão significativo, mas a redução na energia elétrica vai ter um reflexo significativo e começamos a ver esses primeiros reflexos se apresentarem no orçamento do Município e devem vir na ordem de quase duzentos milhões de reais para o próximo exercício. O imposto... Uma redução de quase duzentos milhões, Vereador. É o que temos visto agora. Nos últimos meses ele vem apresentando, começa a apresentar redução, então outubro, novembro as reduções já começam a ser significativas. O IPVA, que é um imposto que também tem se mantido. Temos o IPI, os programas de saúde, que são os repasses que temos da Saúde para o Município. O SUS repassa novecentos milhões, a Saúde nos repassa cinquenta milhões do Estado para o Município, então o repasse em saúde vem nessa área e os convênios na ordem de oito milhões de reais. (C) Fazemos questão de trazer sempre o gráfico do ICMS e mostrar que o ICMS que o Município recebe está muito, muito abaixo dos valores que foram repassados, por exemplo, em 2017. Temos tido uma redução muito significativa de ICMS, que é um imposto relevante, que é bem significativo e para o qual o Município de Curitiba contribui de forma grandiosa no Estado. O que é preciso ser levado em consideração é essa questão, é o quanto o município contribui para a arrecadação do ICMS no Estado e o quanto nós estamos tendo de retorno, e esse retorno para o município tem diminuído a cada ano embora a contribuição do município tenha sido maior a cada ano. E como sempre colocamos, se essa redução do ICMS significasse redução de despesas para o Município com ações de desenvolvimento no interior, não seria problema. O problema é que não vemos as coisas acontecerem dessa forma. Temos a redução do repasse e incremento nas ações que o município tem que muitas vezes realizar, principalmente nas áreas de saúde que vem muita demanda de fora. O FPM, que tem um leve crescimento, mas a queda muito significativa do ICMS. As outras transferências, então nós temos o Fundeb que transfere oitocentos e quarenta e sete milhões de reais e que, esse sim, tem tido um aumento significativo, até pelas alterações que nós tivemos nas regras do Fundeb, e outras transferências na ordem de vinte e cinco milhões. O Fundeb, estão vendo, tivemos um pico no ano de 2022 em função da realização das despesas que nós tínhamos ainda relacionadas à Covid, mas agora já volta para um horizonte mais normal ali, mas ainda assim muito superior ao que se tinha nos anos anteriores, até pelas alterações nas regras do próprio fundo. As receitas correntes. A receita corrente líquida, é a previsão que nós temos, para o exercício de 2023 é de nove bilhões, vinte milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil reais e é a receita que será utilizada de base para cálculo para uma série de outros indicadores que veremos à frente. Receitas de capital, a previsão que nós temos. A receita de capital, é sempre importante sinalizar que esses recursos de capital vão entrando conforme se dão as execuções das obras. À medida em que as obras vão evoluindo,

o recurso de capital vai adentrando ao município. Só vem para pagamentos efetivos. Então, essa estimativa se dá com base no cronograma de obras que temos, mas sabemos que cronograma de obras pode variar bastante em função do tempo, o ano que vem nós temos o advento de estar iniciando o trabalho com a nova lei de licitações, então podemos ter algumas dificuldades no começo até para que possamos operacionalizar isso e para que as empresas possam entender. Temos feito um trabalho grande de *road show*, tanto na cidade como fora da cidade, no sentido de trazer empresas para que participem e que entendam que o Município possui recursos para pagar as suas obrigações. Então, trazer mais empresas para que possamos rodar uma grande quantidade de obras que estão previstas para esses dois anos em função das operações de crédito que nós temos. Essas operações, vemos um aumento significativo ali no BID, no NDB e na AFD, que nós já iniciamos os editais, as licitações para o início das obras também que iniciam já no início de 2023. Então temos trezentos e oitenta e oito milhões de reais que serão aportados nessas obras. As receitas de capital de transferência, que são receitas que vêm do Governo Federal. É o PAC da Linha Verde, quarenta milhões; Ministério das Cidades, quarenta milhões; e um convênio com o Estado de sete milhões de reais. As receitas de capital. Temos o Cepac da Linha Verde, que é um recurso próprio que o município através do Cepac faz a sua arrecadação; o potencial construtivo na ordem de quatorze milhões; depósitos judiciais, que podemos ir adiantando, são quinze milhões; as outorgas onerosas do direito de construir, dezoito milhões; e a transferência do direito de construir, oitocentos e cinquenta mil reais. Isso fecha em cinquenta e três milhões. Quanto as despesas. As despesas, na regra de proporcionalidade, temos as despesas proporcionais as receitas que estão arrecadadas. As despesas correntes na ordem de dez bilhões, duzentos e sessenta e seis milhões de reais, sendo cinco, novecentos e cinquenta as destinadas a despesa de pessoal e os seus encargos; os juros da dívida, cento e dezenove milhões; e outras despesas, quatro milhões, cento e sessenta e nove mil. A reserva de contingência na ordem de noventa e dois milhões; e as despesas de capital de um bilhão cento e quarenta, sendo investimentos seiscentos e sessenta e seis milhões; as inversões financeiras duzentos e vinte e um milhões; e a amortização da dívida duzentos e cinquenta e dois milhões de reais. No grupo de despesas destacamos: pessoal, que está em 51,74% - não é o índice, o cálculo para o índice se dá de uma forma diferenciada -, mas esse efetivamente é o gasto que temos com os encargos; temos uma significativa parcela relacionada às outras despesas correntes, que são aquelas despesas que são utilizadas para dar base aos serviços prestados ao cidadão e aos investimentos que possuímos. Aí estão os grupos de despesa no tempo, como vimos tendo essa configuração. Então tínhamos o grupo de pessoal que estava menor nesses últimos anos, em torno de 40%, 44%. Tem um pequeno acréscimo já no ano de 2023 porque se iniciam as liberações de planos, uma série de outras questões que começam a movimentar a questão de pessoal. Estávamos com o grupo de pessoal muito travado nas questões das legislações e agora, como a projeção que nós temos é de que isso esteja liberado para o próximo exercício, já temos alguns incrementos que se manifestam na questão de pessoal. A questão de custeio vem sempre caindo no tempo. Trabalhamos sempre no intuito de que tenhamos uma otimização do recurso para os serviços. Não demonstra redução de serviços, mas sim uma melhor eficiência na utilização dos recursos. Esse é um trabalho minucioso, contínuo que se dá no Município para que consigamos ter cada vez mais serviços com menos recursos. Temos trabalhado nesse sentido, demonstrado isso à Câmara, inclusive, nas apresentações anteriores. E capital, que chegamos agora em 6%, o investimento em 6%, que historicamente é um número que o Município vem apresentando. O serviço da dívida. Temos ali a informação sobre a dívida em relação ao total da despesa. Então nós temos os juros, os encargos da dívida, que não passam de 1%, e a amortização da dívida que são os outros valores ali que estão em torno de 2% a 3%. Tivemos picos maiores nos anos anteriores, até pela finalização de alguns contratos com o BID que nós tivemos. Então agora, como ainda também estamos iniciando a fase de execução de alguns contratos que já

foram realizados, a tendência é que se tenha um valor um pouco menor para ser pago no serviço da dívida, mesmo assim são valores que não ultrapassam 4% do nosso orçamento. As despesas por função de governo. Temos a previdência social que temos feito trabalhos com reformas no sentido de conter e manter as despesas da Previdência para que possamos assegurar. Lembramos que a Previdência era uma despesa que não constava em orçamento, mas é muito significativa e que temos mantido sempre dentro do quadro orçamentário para que tenhamos a regulação dessa despesa e que isso não corra por fora do orçamento, porque acaba nos impondo uma questão de déficit que não é o que nós queremos. Ela é significativa, mas temos mantido nesse patamar aí nesses exercícios. A saúde também tem um valor muito significativo; educação. São as maiores, saúde e educação. O urbanismo, temos ali a questão principalmente relacionada a manutenção urbana, administração, encargos, saneamento. Não sei se todos estão enxergando. O comércio e serviços, assistência social, segurança pública são percentuais do orçamento. A gestão ambiental, a legislativa e outros. A despesa por função de governo. Previdência social de novo. Temos o ano passado e este ano, a diferença que nós temos. Esses são valores nominais, então não temos os ajustes inflacionários. Se formos fazer reajustes inflacionários, vamos ver que eles vão ficar muito próximos dessas mesmas funções de governo. Os aportes ao regime de previdência. Iniciamos 2018 com quatrocentos milhões, estamos a 2023 entramos no horizonte dos seiscentos milhões de reais e temos um período em que os aportes serão mais significativos uma vez que o déficit é fechado em trinta e cinco anos, então vamos entrar num período em que vamos aportando de forma mais significativa os recursos para fechar o fundo de previdência, para ter o fundo de previdência preparado para arcar com as aposentadorias. A evolução dos precatórios. Nós tivemos um pico de precatórios entre 2018 e 2019 e agora temos um declínio que ainda não nos põe no horizonte de normalidade, em torno de trinta milhões de reais, mas já são valores muito mais próximos disso e para o ano que vem a projeção é de quarenta e sete milhões de reais em precatórios. Temos pagado inclusive os precatórios adiantados no sentido de conseguir, como nós tivemos este ano a inflação com valores mais significativos no primeiro semestre procuramos adiantar os pagamentos dos precatórios para que não acumulássemos juros e a correção sobre eles. A despesa de pessoal. Temos um limite máximo de 54%. Estamos trabalhando historicamente num horizonte de 40% a 44%. Para o ano que vem a projeção chega em 47% em função até do que acabei de falar para os senhores que nós começamos a movimentar a massa de pessoal, nós tivemos algumas leis que pararam inclusive a contagem de tempo, uma série de questões para benefícios durante a pandemia, e isso foi liberado. Então, para o ano que vem já temos um cenário um pouco maior, mas ainda dentro dos limites que estão sendo previstos. Saúde. Entramos nos indicadores. A Saúde, o ano que vem demonstra que vamos ter uma previsão de receita para aplicação em torno de seis bilhões, a receita base. A previsão constitucional da Saúde, de 15%, é de novecentos e trinta milhões e o valor que o município destina à Saúde, pela demanda que ela apresenta, é de um bilhão, quatrocentos e setenta e oito milhões. Aqui fica demonstrado claramente que o Município já investe muito além daquilo que por constituição e por norma teríamos que fazer, em torno de quinhentos milhões de reais. A transferência dos recursos do SUS e do Estado fica na ordem de um bilhão e dois milhões de reais. A Saúde terá um orçamento, então, o ano que vem na ordem de dois bilhões, quatrocentos e oitenta e um milhões de reais. A Educação. A base da receita é a mesma que a da Saúde, a previsão constitucional para a Educação é maior, é 25%, um, quinhentos e sessenta e um. O valor destinado à Educação no exercício do ano que vem é de um seiscentos e dezessete, dentro do que a demanda da Educação apresenta. Os ganhos do Fundeb na ordem de quinhentos e vinte milhões; o Fundeb tem crescido. E a Educação então parte o ano que vem com uma receita de dois bilhões, cento e trinta e oito milhões de reais. Criança e adolescente. Temos dotações exclusivas, ações orçamentárias exclusivas para crianças e adolescentes na ordem de sessenta e dois milhões, (M) e as não exclusivas na

ordem de dois bilhões trezentos e noventa e oito milhões de reais, que são destinados. Então, a previsão total é de dois bilhões quatrocentos e sessenta milhões de reais, para crianças e adolescentes, que é 23% da população do Município. Demais áreas sociais, nós temos, lá na assistência social, duzentos e quarenta e nove milhões; na segurança alimentar, trezentos e vinte e quatro milhões; na habitação, vinte e oito milhões. Então, a previsão é de seiscentos e dois milhões de reais para essas áreas. Na cultura, nós temos a renúncia de receita do mecenato, que é onde o Município abre mão de arrecadar para que as empresas possam fomentar os projetos de cultura, de treze milhões de reais; o Fundo Municipal da Cultura, quatorze milhões de reais; e a Fundação Cultural, sessenta e um milhões. Então, oitenta e oito milhões destinados à área da cultura. Os investimentos. Os recursos do Tesouro para investimentos são de cento e quarenta e dois milhões; recursos de outras fontes, que estão relacionadas às operações de crédito majoritariamente, quinhentos e vinte e três milhões. Então, os recursos totais para investimentos estão na ordem de seiscentos e sessenta e seis milhões de reais, 5,79% do orçamento. Aí está um quadro onde colocamos as obras e equipamentos que estão previstos dentro dos investimentos. Não vamos discorrer para não ultrapassar o tempo, mas são investimentos significativos que estão nominados no orçamento desse exercício. Vocês podem observar que, nesse quadro, há uma série de carimbinhos do Fala Curitiba, que vão demonstrando onde nós temos ações. O Fala Curitiba tem ações de serviços e de investimentos, mas as de investimentos, que estamos salientando aqui, já destacamos do lado quais são as que estão relacionadas aos pedidos do Fala Curitiba. Ok? Era essa a apresentação. Ficamos à disposição para os esclarecimentos. O SR. PRESIDENTE:- Perfeito. Agradeço à Sra. Daniele. Também peço que transmita a nossa saudação ao Secretário, Dr. Cristiano Hotz, que nos atendeu na semana passada, juntamente com essa equipe, acerca de alguns esclarecimentos em torno da Lei Orçamentária que estamos discutindo hoje. Então, leve as nossas considerações ao Secretário. Eu vou pedir aos Vereadores membros da Comissão que abramos uma exceção, para concedermos a palavra, para iniciarmos o bloco de perguntas, à Promotora de Justiça, que está conosco desde o início desta audiência pública, a Dra. Aline Bilek Bahr, para que ela possa fazer a sua consideração acerca do orçamento, principalmente relacionado à habitação. É isso, doutora? (Pausa). Então, por favor, pode utilizar a Tribuna para o seu questionamento e a sua consideração. A SRA. ALINE BILEK BAHR:- Bom dia a todos. Exmos. Srs. Vereadores desta Casa de Leis; Vereador Serginho do Posto, que está na presidência dessa audiência pública; representantes da Prefeitura de Curitiba; demais integrantes da Mesa; demais presentes a esse ato. Participo, então, dessa audiência pública como representante do Ministério Público, sou titular da Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo de Curitiba, e sou coordenadora do Núcleo de Habitação e Urbanismo do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção ao Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo. Gostaria de ressaltar que, no dia 1º de junho deste ano, estive aqui para também ocupar esta Tribuna no que tange ao debate, à audiência pública quanto à Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município de Curitiba. Hoje, estou aqui, então, para participar dessa audiência pública no que tange à LOA. Eu observei, nessa fala de todos, principalmente do Município de Curitiba, e na excelente exposição dos slides, que realmente houve muita divulgação das consultas públicas, dos atos de participação popular, que são imprescindíveis para realmente avançarmos nesse debate quanto à LOA. Contudo, percebe-se claramente, até eu estava conversando com a Vereadora Professora Josete, que não existe uma cultura do povo, seja curitibano, seja brasileiro, em participar. Essa participação é para que se possa realmente expressar e debater assuntos atrelados à cidade. A exemplo disso, então, pudemos perceber que menos de 10% da nossa população, que alcança quase dois milhões de habitantes, bem menos que 10%, não participa desse debate. Então, eu penso assim, que, num primeiro momento, é de suma importância nós trabalharmos para fomentar, aumentar a transparência e publicidade dos atos, em respeito ao princípio da gestão democrática da cidade. Por quê? Porque todos nós vivemos

nesta cidade, e somos e devemos ser protagonistas nesse planejamento urbano. E a cultura de gestão participativa da polis é imprescindível para se conseguir efetivar uma política urbana que garanta melhores condições de vida da população e que, de fato, promova um desenvolvimento sustentável, inclusivo, voltado para a redução das desigualdades sociais. Por esse motivo é que sugiro que seja construída, ao longo de um maior período, essa cultura de participação. Pois, de acordo com os dados, a habitação, que é o tema que venho expor aqui aos senhores, ocupou o oitavo lugar como política pública eleita em consulta pública, atrás de saúde, educação, obras públicas, segurança, projetos viários, assistência social e transporte. Sem desconsiderar a importância das demais políticas públicas, a demanda de habitação é muito significativa. É tão significativa que é um dos carros-chefes da nossa instituição, das demandas que o Ministério Público recebe. As questões de moradia são muito fortes. Notadamente, é a população de baixa renda que mais necessita, e é essa população que menos tem acesso à informação no que tange ao acesso à internet. Porque, normalmente, ela não tem acesso até mesmo às necessidades mínimas básicas. Então, eu penso que fomentar a informação, a divulgação para essas pessoas, até mesmo no sentido de que elas tenham mais iniciativa em dizer o que elas querem, como elas querem participar de todo esse planejamento urbano, é de suma importância. Feitas essas considerações iniciais, ressaltamos, então, como fizemos na argumentação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que, ao longo dos anos, a política pública de habitação não possui destaque orçamentário. E isso é muito preocupante, porque, a cada ano, percebe-se que vai ocorrendo uma redução disso, chegando-se atualmente a aproximadamente 0,20% do orçamento total. Da mesma forma, analisei o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, que teve 0,51% do valor total destinado aos fundos. Portanto, não conseguimos, com esses dados, vislumbrar um futuro promissor nessa temática de habitação. No entanto, o Ministério Público, como defensor da sociedade, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, não pode deixar de registrar a sua irrisignação com a pouca participação orçamentária da habitação. E quando pensamos em habitação no Município de Curitiba? De plano, pensamos no déficit habitacional quantitativo e qualitativo. E dois segmentos se abrem: a produção habitacional e a regularização fundiária. Em matéria de produção habitacional, todos sabem que, principalmente no tocante à população de faixa 1, que são aquelas pessoas cuja renda alcança no máximo mil e oitocentos reais, o orçamento do Município não é suficiente, não há orçamento próprio do Município para construir habitações de interesse social, ele necessita de verbas federais. E, ao longo desses últimos anos, nós sabemos também que os recursos federais foram muito escassos. Os programas que nós temos: o Casa Verde e Amarela, que também tem as suas limitações com relação à renda, e o Programa Minha Casa, Minha Vida, que não prosperou, teve os seus recursos suspensos. E acreditamos que agora, no ano que vem, o Governo Federal possa retomar esses programas, o Minha Casa, Minha Vida, ou outro programa que surja, que possa contemplar essa faixa de renda da população. Mas o fato é que essa população de baixa renda acaba não sendo contemplada adequadamente. Então, o déficit habitacional é gigante, propiciando que essas famílias, em não tendo outras alternativas habitacionais, procurem ocupar áreas públicas e privadas, em desacordo com o Plano Diretor do Município, o uso e ocupação do solo urbano. E, daí, surgem outros problemas, que são os conflitos fundiários urbanos, que os senhores devem saber muito bem, que acabam alcançando o Poder Judiciário. E, notadamente nesses conflitos, nesses litígios coletivos pela posse de imóvel urbano, é muito discutido assim: "Cadê a política pública dos Governos Municipal, Estadual e Federal?" E o Poder Judiciário não pode interferir. Nós não podemos fazer nada por essas pessoas, porque demanda política pública. O Ministério Público fica lá, nas audiências de mediação, e nós falamos assim: "Mas cadê as políticas públicas na área de habitação?" Não tem! Então, assim, o que eu quero expor aos senhores é que é um ciclo, vai se formando um ciclo tão vicioso, porque não se produz, as pessoas têm que morar em algum lugar, porque elas têm que ocupar o espaço

territorial, elas têm que buscar o mínimo de dignidade, que o Poder Público não oferece, e daí surge às portas do Poder Judiciário o problema, que também não é resolvido. Então, assim, o que é que vai desencadear? Uma desapropriação indireta do imóvel do particular, e que é arcado pelos cofres públicos. Portanto, por via indireta, acaba saindo dinheiro público. Mas não deveria ser dessa forma. É isso que eu quero colocar aos senhores, a grande preocupação de podermos, então, discutir e fazer melhorias orçamentárias. Outra questão são as regularizações fundiárias, que é o outro segmento. São áreas que já se consolidaram com o tempo, com uma infraestrutura urbana mínima, mas que demandam mais intervenção do Município. E, para isso, veio a Lei Federal 13.465/2017, que atualmente foi regulamentada também pelo Decreto Municipal de Curitiba 1488, de 07 de outubro 2022, e que demonstra os desafios que o Município de Curitiba vai enfrentar na implementação dessa política pública. Porque a Reurb é uma política pública, é um conjunto de medidas urbanísticas, ambientais, jurídicas, tudo em prol de melhorar a condição de vida dessas pessoas, para assegurar o direito de moradia a essas pessoas. E daí nós temos os desafios na construção de infraestruturas, melhores infraestruturas urbanas, e na titulação dos imóveis. Porque são áreas ocupadas e que precisam ser regularizadas e conferida a essas pessoas a titulação desses imóveis. Então, os senhores podem perceber que o orçamento é de suma importância para construir todas essas questões, essas políticas, seja habitacional, política de Reurb (L) e tudo o mais. Então, assim, nós sabemos que tem o projeto do Bairro Novo da Caximba, que é um projeto que vai trazer muito mais dignidade para as pessoas daquela localidade, mas que o orçamento, que haja destinação desse orçamento para a Caximba, que é um projeto no qual o Município está realmente muito empenhado. E é louvável, porque o Ministério Público também acompanha o cronograma das obras, e todo projeto agora das obras que logo vão se iniciar, mas que o orçamento também possa contemplar outras regularizações fundiárias, porque ao entorno ali do projeto novo da Caximba, também têm comunidades que vão necessitar de regularização fundiária. Tem uma concentração ali do recurso público, não pode só se destinar, então, ao projeto novo da Caximba e alguma regularizações esparsas. É importante destacar que a moradia digna implica redução de risco à vida e saúde, redução de danos ao meio ambiente e uma política pública mais estruturada, um planejamento urbano que prevê uso e ocupação do solo de forma ordenada para dignidade da pessoa humana e para o crescimento econômico, justiça social, integração das pessoas à cidade formal. E é importante ressaltar que, com a moradia, com habitação, essa política pública vai reverberar em outras políticas públicas necessariamente, porque conferindo habitação, conferindo moradia às pessoas, você consegue minimizar os problemas ligados à saúde, à educação e à segurança. Agora, sem moradia adequada, sem uma moradia digna, os problemas surgem de uma forma muito maior. É mais risco à vida e à saúde das pessoas, é problema do meio ambiente, porque, notadamente, essas pessoas que não têm onde morar vão ocupar áreas em que há proteção ambiental, e daí são áreas de menor valor econômico e que o mercado imobiliário não se interessa. Então, começa a ter desdobramentos devastadores assim para a sociedade. Então, por isso que habitação, ao invés de estar ocupando o oitavo lugar, deveria estar ocupando entre os primeiros lugares. E nesse sentido que eu ocupo essa Tribuna, para clamar que haja uma ponderação aí na distribuição desses recursos, uma distribuição mais equitativa entre habitação e urbanismo, claro, sem desconsiderar que o urbanismo é importante, as obras na cidade são necessárias para manutenção, obras que realmente precisam para melhorar a condição de vida da população, mas que deve ser sopesada, também, a questão da habitação como algo realmente, extremamente necessário e que deveria realmente haver o equilíbrio de orçamento nesse sentido. Por fim, então, eu peço aos senhores que nós possamos, então, debater essa questão de habitação aqui, que possamos ter um olhar, deixar o olhar microscópico e termos um olhar mais para um binóculo, pra que nós, realmente, consigamos, então, destinar mais recursos para essa área tão sensível que é a habitação, para que possamos construir, então, um futuro melhor para a nossa sociedade, para as

peças que vivem nela e que elas sejam integradas a essa cidade formal, e que as desigualdades sociais diminuam. Então, eram essas considerações que eu gostaria de fazer, agradeço muito, me sinto muito honrada de estar presente aqui perante os senhores. Bom dia. O SR. PRESIDENTE:- Obrigado pela sua participação. A Dra. Aline Bilek Bahr tem vindo frequentemente a esta Casa para debatermos assuntos de interesse de habitação em nossa cidade. Obrigado pela sua participação e pelo seu trabalho desenvolvido junto ao Ministério Público do Estado do Paraná. Eu vou pedir para que a representante da Prefeitura faça a devolutiva à doutora e, na sequência, nós abriremos aos Vereadores. Com a palavra a Sra. Daniele. A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- Como a Promotora mesmo colocou, a questão da habitação é uma coisa relevante, nós sabemos que é relevante, custosa, sempre é um trabalho que tem valores significativos envolvidos, complexo. Na regularização o processo não é um processo simples, é um processo que se dá, às vezes, por muitos anos para que consigamos, efetivamente, regularizar, e que também está pautado em outras questões que, às vezes, não estão diretamente na administração do Município. Ela está ligada à disponibilidade de crédito que temos na economia, questão de investimentos das empresas, ligada a questão que você tem aí de liquidez de mercado. Tudo isso está relacionado a questão da habitação em algumas áreas específicas. Então, acho que é um esforço que precisa ser feito, construído, concordo com a senhora de que precisamos trabalhar sempre no sentido de melhorarmos isso, de melhorar essa argumentação junto à população, de trazer a população para enxergar e entender isso. Digo-lhe que eu participo do processo de orçamento há mais de trinta anos, desde o começo participo do processo, das audiências, indo nas comunidades escutar. E tem sido um processo de crescimento, mas ainda temos um processo muito grande para crescer. Melhoramos muito a escuta da população, a população se envolveu de uma forma muito diferente, hoje tem um olhar mais qualificado do que tinha no começo, mas ainda precisa entender, talvez, alguns aspectos desse procedimento. Então, é uma crescente. Nós vamos trabalhando no sentido de que possamos sim ter um horizonte melhor a cada ano. Assim também como os horizontes que nós vamos traçando dentro da política pública, estamos tentando encontrar instrumentos que possibilitem recursos. Do que eu vejo que chega lá na Secretaria de Finanças para que possamos fazer a liquidação, nós já vemos uma movimentação maior para construções que não são os grandes empreendimentos, como a questão da Caximba. Nós recebemos ainda esses dias, são construções pontuais no sentido de ir regularizando, mas o fluxo disso aumentou. Aumentou frente ao que tínhamos antes, até porque, as fontes de recurso também ampliaram um pouco frente ao que nós tínhamos, mas ainda é um caminho a ser traçado. E nós realmente esperamos que tenham políticas diferenciadas, porque nós tivemos essas políticas realmente trancadas nos últimos anos e que consigamos, agora, ter um espaço novamente para negociar essas questões e abrir novas frentes, até na dinâmica da economia que nos permite também abrir esses espaços. O SR. PRESIDENTE:- Eu quero também salientar à Dra. Aline que esse novo Congresso que estreia a partir do ano que vem, talvez eles pudessem fazer uma alteração de emenda constitucional acho que em dois aspectos importantes para a população, que a peça orçamentária nos três níveis de Executivo tivesse, de fato, um valor mínimo a ser aplicado nessa área de habitação e na área de segurança. Eu acho que essas duas áreas são muito sensíveis à população e mereceriam, talvez, uma reforma não só da Lei de Responsabilidade Fiscal, onde obriga os governos, em especial nas esferas que possam criar a possibilidade de um recurso mínimo para essas áreas. Eu acho que nós temos que, nós enquanto Câmara, fazer talvez uma moção aos novos Parlamentares agora do Congresso, seja ele Senado, Câmara Federal, para que motivemos esta alteração e até mesmo a participação do Ministério Público, Dra. Aline, para fazermos esse debate de uma forma permanente. Mas muito obrigado pela sua participação. Eu vou passar a palavra, de mediato, aos membros da Comissão. Estão inscritos aqui a Vereadora Professor Josete e o Vereador Rodrigo Marcial. Nós faremos blocos de dois inscritos e, na sequência, passaremos aos demais Vereadores. Com a palavra a

Vereadora Professora Josete. A Sra. Professora Josete:- Bom dia a todos os Vereadores. Só registrar, mais uma vez, que nesse momento nós temos a presença de poucos Parlamentares, e eu acredito que essa é a lei mais importante que nós debatemos durante o ano. Eu queria, na linha do que nossa Promotora colocou, trazer alguns dados aqui, porque acredito que é importante, obviamente todos nós desejamos mais recursos, tanto do Governo do Estado como também da União, principalmente para a habitação de interesse social, regularização fundiária, mas acredito que o Município também pode fazer um esforço maior no sentido de aportar mais recursos. Eu só queria destacar aqui alguns números para percebermos que, de fato, não é uma prioridade do Município, e nós precisamos estabelecer uma política de estado, não de governo, porque os governos passam, mas se nós tivermos uma política de estado nós podemos minimizar essa situação. Claro que se tivermos uma ação conjunta de todos os níveis de governo, certamente nós podemos, de forma mais rápida, atender essa demanda. Hoje nós temos, infelizmente, famílias morando na rua, porque, muitas vezes, não conseguem nem ocupar um espaço. Então, esse é um grande problema. Mas só para ter ideia, num orçamento de dez bilhões e duzentos mil reais, nós temos aqui, por exemplo, num dos códigos, vou falar só o final, porque é um número grande, são vários números que acompanham o código, vários algarismos, mas nós temos aqui para desapropriação e aquisição de áreas para projetos habitacionais, sete milhões e oitocentos reais. Isso é pouquíssimo. Outro código: urbanização e regularização de assentamentos precários, o final 1199, nós temos cem mil reais. Para transferência de recursos para viabilizar projetos e aquisições de unidades habitacionais produzidas em programas de habitação de interesse social, final do código 2233, nós temos oitenta mil reais. Então, o orçamento traz certamente em números, o que é prioridade para a cidade ou para uma gestão. Mas me chamou atenção, houve um aumento aqui dos recursos destinados à Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional. Então, nós vimos aqui que há um aumento de alguns recursos, por exemplo, aqui na Alimentação e Nutrição, de vinte e um milhões, aproximadamente ano passado, subiu para vinte e seis milhões, arredondando, né? Então, não vou ler tudo, porque meu tempo já está acabando, mas eu só gostaria de perguntar à Daniele: qual é a prioridade, dentro de Alimentação e Nutrição? Que programa está posto aqui? São cozinhas comunitárias? Se é o aumento de recursos daquele valor em que as famílias cadastradas podem gastar no Armazém da Família? O que está pensado em relação à Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional? Seria isso, obrigada. O SR. PRESIDENTE:- Já concedo, de imediato, a palavra ao Vereador Rodrigo Marcial. O Sr. Rodrigo Marcial:- Obrigado pela palavra, Presidente. Em nossa reunião já tratamos, semana passada, na Secretaria de Finanças que muito gentilmente nos recebeu, então o assunto que eu vou abordar não é surpresa. Quero tratar novamente do acréscimo dos 12% para 20% de possibilidade de abertura de créditos suplementares pela Prefeitura sem a necessidade de passagem pela Câmara de Vereadores. E ao fazer o questionamento, desta vez eu faço os seguintes complementos: é verdade que em algumas capitais do nosso País, em alguns municípios, nós temos percentuais mais altos do que em Curitiba, como em Manaus, foi o exemplo citado na reunião, contudo temos algumas outras com percentuais mais baixos, como São Paulo, Porto Alegre, entre outros municípios menores. E, além disso, nós verificamos que ao menos há dez anos nós mantivemos esse percentual de 12%, mesmo em face de condições financeiras muito menos favoráveis do que aquela que nós temos hoje, mesmo em face de uma pandemia. E, ainda assim, mantinha-se esse percentual de 12%, da possibilidade da criação de crédito suplementar nos casos em que temos anulação das dotações orçamentárias pela LOA. Contudo, o que me chamou a atenção, agora nos últimos dias conversando com colegas e profissionais da área, pessoas com experiência também na área de finanças municipais, nós tomamos ciência que no ano passado, em 2021, tivemos a abertura de mais um ponto seis milhões de reais em créditos suplementares, mediante a utilização do superávit, e nós temos hoje em Curitiba mais três bilhões de reais em superávit, salvo engano, para a abertura de crédito

suplementar, algum valor próximo a esse. Então, com base nisso tudo, por que precisaríamos agora dar à Prefeitura esse cheque em branco, nesses 12% para os 20%, que vão somar um ponto dois bilhões de reais, o que representa quase um quinto do orçamento municipal? Aproveitando o meu tempo, mais trinta segundos, por gentileza, Presidente. O Sr. Presidente:- Trinta segundos concedidos, Vereador. O Sr. Rodrigo Marcial:- Eu vou fazer mais um segundo questionamento, até está conexo a esse, nós temos ciência de que o plano de carreira dos servidores aqui do Município está congelado até o final deste ano, e é possível notar que tivemos um aumento de mais de um bilhão de reais para gasto de pessoal e encargos. O meu questionamento, para ser breve, é: esse valor já está sendo previsto o reajuste de servidores e o plano de carreira que nós teremos aprovação, ou ainda o retorno do plano de carreira anterior, ou esse foi um aumento decorrente de outros motivos? Novamente, uma cifra muito importante de um bilhão de reais. Obrigado. O SR. PRESIDENTE:- Agradeço, Vereador. Passo a palavra aos representantes do Executivo para a devolutiva. A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- Então, vamos lá. Habitação. A Professora Josete fez colocações sobre habitação. Como nós já tínhamos colocado, tem alguma coisa para a questão da promotora, nós temos muitas despesas ainda, Vereadora, que estão pautadas dentro do superávit. Então, orçamentariamente se abrem as ações, até para indicar onde serão realizadas as despesas, e, à medida em que forem aparecendo os projetos para a execução, são suplementados através do superávit, porque o superávit não faz parte da base de receitas que nós temos para colocar no orçamento. Então, muita coisa no investimento nós vamos alçar ainda recursos que vêm do superávit, por isso que o valor às vezes parece tão irrisório, porque são despesas que estão previstas para serem realizadas dentro do superávit. Então, à medida em que forem chegando os projetos de habitação, nós temos vários que estão elencados, à medida em que foram chegando esses projetos nós vamos alçando dentro do orçamento, através do superávit. A questão do fundo da alimentação ali, realmente você tem ali um incremento destinado à manutenção desses atendimentos que, por hora, foram pontuais e que foram prorrogados por mais períodos. Então, nós estamos tendo um incremento de recursos para que possamos manter os atendimentos, em alguns casos ampliar, manter outras ações também, como a ação que nós temos aí de Armazéns da Família, outras ações da ordem da Secretaria, mas são cinco milhões para esse tipo de destino. Não há nenhum projeto novo colocado, apenas a ampliação e manutenção dos projetos que já estavam. Como no início do orçamento passado nós não tínhamos ainda projeção da manutenção de alguns projetos que eram específicos para alguns períodos e agora nós estamos mantendo, então se tem um incremento de valor dentro disso, em função disso que nós temos. A Sra. Professora Josete:- Daniele, só para tirar dúvida mesmo, você falou em ampliação, mas é ampliação em termos de pessoas atendidas ou do valor de benefício? A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- Em ampliação de prazo, eram três meses passou para seis meses, passou para um ano. Em alguns casos foi a ampliação de quantidade de pessoas que estão incluídas, em outro valor que está sendo atendido. Então, nós temos várias situações ali dentro, o orçamento não detalha exatamente isso, mas todas essas questões estão abordadas dentro desse item. Ok? Quanto à questão do Vereador Marcial. O senhor fala da questão dos 20% para os 12%, né? Nós já conversamos na reunião, então o que nós colocamos, Vereador, o Município realmente nunca atingiu nem os 12%, tá, e historicamente realmente não tem atingido isso e nunca foi um problema, mas também a situação que nós tínhamos é que nós não dispúnhamos de superávit para fazer esses acréscimos e esses ajustes que nós temos que fazer agora recorrentemente. Então, isto passa a ser, este ano já ficamos muito limitados, chegamos muito próximos. Então, é uma questão burocrática, eu disse para o senhor, não podemos fazer nada que vocês já não tenham autorizado, é apenas uma questão de adequar recursos que já estão autorizados. E essas alterações são necessárias em função dos recursos de superávit que nós também temos que adentrar no orçamento. Observa-se, eu também olhei a questão do Município de São Paulo que são 10%, mas se o senhor ler a lei de São

Paulo fala em 10% e, abaixo do percentual, excetua uma série de questões que não fazem parte desse percentual. Se o senhor olhar a nossa lei não, a nossa lei é muito mais limitada na questão daquilo que excetua. Então, por isso que São Paulo é tão baixo, frente inclusive as outras capitais. Manaus é um caso extremo realmente, que são 40% e tem uma quantidade enorme de coisas que foram excetuadas, mas as demais outras normalmente trabalham entre 20% e 30% e com poucas coisas que são descontadas disso. Mas São Paulo tem um percentual tão abaixo justamente porque tem uma série de questões que foram excetuadas. É uma questão de ponto de vista burocrático, como eu disse para o senhor, o orçamento é dinâmico e cada vez tem sido mais dinâmico, principalmente diante do cenário que nós temos. Temos agora dificuldade com a questão de ICMS, talvez não chegue todo o recurso e nós tenhamos que fazer aporte de recurso, temos que contar com os superávits, temos uma dinâmica de obras que deve se impor no Município agora nesses próximos anos que é significativa, que está autorizada pela Câmara, não é uma obra nova, não é uma obra diferente, é uma obra que já consta autorizada, como acabou a Professora Josete colocando ali, que tem algumas questões que estão com valores menores que nós temos que entrar com recurso do superávit. Então, essa dinâmica nos faz pedir uma ampliação de até 20%, provavelmente não vamos chegar nisso, Vereador, provavelmente não tenhamos essa necessidade. O Sr. Rodrigo Marcial:- Eu tenho um questionamento, perdão pela intromissão, antes de responder a segunda pergunta que fiz, Presidente... O SR. PRESIDENTE:- Ok. Só para esclarecimento, com a palavra. O Sr. Rodrigo Marcial:- Obrigado, Presidente. Minha dúvida é: esse percentual de 12% para 20% vai ser aplicável ao superávit também? Porque, da leitura que fiz da lei orçamentária, o superávit estaria autorizado a ser utilizado o quanto pudesse para abertura de crédito sem autorização da Câmara. A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- Para a entrada no orçamento está autorizado. Então, quando eu tenho que fazer alteração do superávit, por exemplo, do Município para outro, por exemplo, para a Urbs, daí já conta no índice. Então, para entrar no orçamento, o superávit é um recurso do Município. Então, eu não posso abrir o superávit, por exemplo, direto na Urbs, direto na FAS. Eu tenho que entrar no orçamento e fazer a migração dele para outra entidade, e essa migração para outra entidade já entra nesse ponto. Certo? Então é uma questão só de regra, é dinâmica, é uma questão da dinâmica, Vereador. E, sinceramente, eu acho que nós não vamos chegar nos 20%. Só não queremos ficar também, de repente, paralisados num momento crucial, que normalmente é o final do exercício, não poder fazer porque temos uma limitação burocrática. A intenção é realmente essa, só para que possamos dar dinâmica ao orçamento. Quanto ao que o senhor fala ali da questão de pessoal. Então, em pessoal, nós passamos a contar dentro dos recursos de pessoal os valores, até por regra, os valores destinados ao aporte do ICS, que está sendo feito. Então, como foi previsto, também já está previsto no cálculo dos outros anos, esse aporte entrou depois. Como nesse ano nós já estamos prevendo, então já estamos colocando esse aporte no cálculo do pessoal, e realmente ali dentro nós já temos o incremento do piso do magistério, nós temos uma projeção para o piso do enfermeiro. Então tudo isto começa a contar, e nós tivemos as liberações dos planos, que não tem esse aumento significativo ali dentro. Realmente ICS, magistério e enfermeiros são os valores mais relevantes, estão previstos e por isso chegam nos valores que nós temos ali, que foram previstos. Ok? O SR. PRESIDENTE:- Perfeito, Vereador? Ok. Então, nós passamos para a rodada de bloco, Vereador João da 5 Irmãos e, na sequência, Vereador Ezequias Barros. Com a palavra, Vereador João. O Sr. João da 5 Irmãos:- Bom dia, Sr. Presidente. Sras. Daniele e Adriana, parabéns pela explanação e à Promotora Aline, da Comissão de Habitação do Ministério Público. Bom, aqui nós observamos as prioridades através das audiências públicas tanto do Fala Curitiba, que é um projeto sensacional, e da Prefeitura que tem buscado informações junto à população e da Câmara Municipal. Nós vemos que as dores da população normalmente são na saúde, educação e na segurança. São sempre os que estão ali no top três. Haja vista que agora a Prefeitura abriu concurso público de novecentas e cinco vagas, sendo

seiscentas e cinquenta e quatro para educação e duzentas e cinquenta e uma para saúde, atendendo até essa questão da prioridade, mas, no quesito segurança, não observamos essa abertura de concurso público. A pergunta é se tem alguma previsibilidade, agora no próximo ano ou até o final dessa gestão, da abertura de concurso público da Guarda Municipal que com certeza vai trazer mais segurança, principalmente porque observamos a questão dos equipamentos públicos mesmo, dos CMEIs, escolas e unidades de saúde, que são muito atingidos por esse problema de segurança, são ali arrombados, saqueados e levam equipamentos que prejudicam a população. Então, estamos falando de segurança, estamos falando dessa questão também se tem essa previsibilidade e, já aproveitando a pergunta, não sei se de repente as senhoras podem estar explanando sobre a Muralha Digital. Se realmente a Muralha Digital está atendendo todos os equipamentos, sobretudo, como eu falei, da educação e da saúde, que são alvos constantes. Então, deixo essa pergunta. E quero parabenizar toda a população do Bairro Novo, Cajuru e Boa Vista pela ampla participação; que possamos aqui, como Câmara Municipal, também estar divulgando cada vez mais essa importante ferramenta democrática da sugestão, da indicação das obras. E até faço uma sugestão aqui, juntamente à Comissão e à Presidência, que no próximo ano nós possamos fazer as audiências públicas da Câmara Municipal em pelo menos quatro regiões da nossa cidade. São dez regionais, nós sabemos que a Prefeitura já faz isso nas dez regionais, porém a Câmara poderia fazer também nas quatro regiões, Norte, Sul, Leste e Oeste, acho que atenderia bem a cidade. E ter uma comissão, não só a Comissão de Economia, mas também estender aos outros Vereadores essa possibilidade de in loco conversar, escutar a população nesse sentido. Acho que é muito importante estarmos cada vez mais tendo essas informações, para que possamos levar a gestão ter uma melhor aplicabilidade do recurso público municipal. Seria isso, Sr. Presidente. Obrigado. O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Marcial):- Por favor, com a palavra Vereador Ezequias Barros. O Sr. Ezequias Barros:- Obrigado, Vereador Rodrigo Marcial. Muito boa a apresentação, a Prefeitura sempre tem trazido a nós aqui na Câmara as soluções, eu creio que é muito importante, e parabenizar vocês por trazer as informações. As minhas perguntas têm sido, às vezes, as mesmas todo ano: as dificuldades das instituições, para as quais nós, Vereadores, mandamos os recursos das emendas parlamentares, em receberem esses recursos. Não são poucas as instituições que não conseguiram receber no ano passado e que neste ano continuam as mesmas dificuldades. Entender o quê? É a Secretaria de Finanças que não manda o recurso? É a Secretaria, na ponta, que está criando dificuldade? Gostaria muito de entender isso, para poder cobrar um pouco mais de quem de direito realmente precisa fazer. Sabe, Presidente, é muito difícil, nós enviamos recurso, não é um grande recurso, mas que faria uma grande diferença para a instituição. A grande maioria dos recursos que eu mando é para instituições sociais que fazem serviços sociais na cidade e, às vezes, ficamos como se nós não estivéssemos muito preocupados com isso. Eu estou preocupado. Já no ano passado tive instituições que não conseguiram receber, e este ano de novo estão falando que só em março do ano que vem. Então, gostaria de ouvir da senhora qual é a dificuldade, qual tem sido a dificuldade. O problema é com a Secretaria de Finanças? Não, é com a Secretaria na ponta? Porque se juntam todos os documentos, se levam todos os documentos, está tudo correto para receber, passam-se três meses, os documentos já não têm mais valia e a instituição tem que fazer de novo, juntar toda a documentação. Então, é bastante complicado para as instituições, e para nós dá a impressão de que nós não estamos buscando efetivar isso. Obrigado. O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Marcial):- Por favor, as respostas. A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- Então, respondendo ao Vereador João, a questão da Guarda, à princípio, do que nós recebemos, por enquanto ainda não consta a Guarda. Existe um plano significativo, nós temos uma dificuldade de reposição de pessoal, mas também precisamos fazer isso com parcimônia, dentro da real necessidade. Não podemos simplesmente repor, repor, repor, porque temos limitadores, até para as questões de quanto podemos avançar na questão de pessoal.

Então, no momento houve outras carreiras que já foram liberadas e enviadas, mas ainda não tivemos nenhuma da Guarda. Nós não recebemos, não significa que não esteja em andamento ou que não esteja sendo pensado, mas na Secretaria de Finanças nós ainda não recebemos. Da mesma forma, a questão sobre a Muralha Digital. Do que nós conseguimos alcançar, nós liberamos. Sabemos que a Muralha Digital vai se dar por etapas, porque é um projeto grandioso que necessita muito serviço, então, por etapas ela está se dando. Nós já liberamos as etapas, então o recurso foi liberado, mas aí tem a contratação dos procedimentos e depois dos convênios para que efetivamente tenha o funcionamento. Então, são etapas que vão se dando na sequência, mas eu não tenho realmente a resposta direta, talvez a Secretaria de Segurança seja mais adequada para lhe informar sobre isso. Quanto a questão do Vereador Ezequias, a dificuldade para receber o recurso. Então, assim Vereador, de parte da Secretaria de Finanças os recursos estão disponíveis a partir do mês de março, dos orçamentos. A partir do mês de março ele está liberado para ser realizado o repasse, o empenho e o repasse do recurso. Efetivamente, há problemas e são problemas muito complexos às vezes para se resolver. Nós temos dificuldades de trabalhar com questões, às vezes, no terceiro setor, principalmente em entidades que são menores, porque por regra, e não são regras do Município, são regras federais, precisa-se apresentar plano de trabalho, que nem sempre vem de forma correta ou lógica dentro da codificação que foi solicitada, precisa-se fazer as questões da certidão, precisa-se ter algumas características institucionais, então é sempre um bate-volta, bate-volta. O que escutamos também, porque nós não fazemos esse repasse, quem faz são as secretarias da ponta. E sempre estamos fazendo uma demanda de cobrança também junto às secretarias, porque para nós o interessante é que o recurso saia o quanto antes, que não fique para os últimos dias, porque eles interferem na questão de ter repasse de recurso, por banco, por conta, que no final do exercício é sempre muito complicado ser executado. Mas nós vemos, por parte das secretarias, embora um empenho, muita dificuldade de realizar alguns repasses sim. E acho que aí temos vários complicadores, tanto da parte do Município, quanto da parte das entidades também, que exigem um bom acerto, uma boa conversa no início, um bom entendimento para que seja executado. Certo? O SR. PRESIDENTE:- Ok. As devolutivas foram feitas. No próximo bloco temos a Vereadora Noemia Rocha e o Vereador Dalton Borba. Com a palavra a Vereadora Noemia Rocha. A Sra. Noemia Rocha:- Muito obrigada. Quero cumprimentar a Adriane, a sua irmã gêmea, que eu descobri hoje, toda equipe da Secretaria. Eu tenho algumas perguntas pontuais. Eu vi no orçamento que nós temos trinta milhões da Comunicação Social. Ela é quase dois da Criança e do Adolescente, e dos Idosos. A minha pergunta, eu quero fazer questão de perguntar aqui, a Comunicação, que equivale a essas duas ações, como que se concentra essas despesas de Comunicação? Outra pergunta, a redução do repasse do ICMS, a senhora falou valores, mostrou o gráfico, mas quais as ações que estão sendo mais prejudicadas. Outra pergunta, nós temos a questão da imunidade tributária dos templos religiosos alugados. Como está a questão? Eu sei que já tem um decreto, mas eu estou achando demorado demais para decretar o decreto. Tem uma previsão para que possamos orientar a nossa comunidade? Nós temos, Adriane, uma questão pontual do Hospital Mackenzie, de doze milhões de repactuação, que não foi feito ainda. Considerando que o hospital está com uma dificuldade financeira importante, o que dificulta esse repasse dos doze milhões para o Hospital Mackenzie, para atendê-los nessa questão pontual de demanda? A outra pergunta, estão previstos oitenta e dois milhões da reserva contingente. A senhora me explicou direitinho. Eu queria trazer essa informação também a todos os Vereadores. Na época eu até pensei da possibilidade de usar o fundo de contingência para uma emergência, que no meu entendimento é desses três hospitais de portas abertas, mas você explicou direitinho que não pode, que não tem como fazer. Além desse repasse, essas aplicações, a pergunta, vai ser usado para futuros créditos adicionais? O que é feito com esse orçamento, considerando que, graças a Deus, nós não temos tragédias, enfim, não temos nada que vá usar esse recurso. Outro questionamento é sobre as

emendas parlamentares. É muito difícil fazermos todo um trabalho de articulação, encher de esperanças as organizações sociais e bater na trave. Até, Secretária, a informação que nos é repassada é assim, a leitura das organizações sociais, das instituições, "eles fazem isso para ficar com dinheiro em caixa". Então, é uma leitura ruim, mas que precisamos dar uma resposta a essas organizações, porque eles fazem tudo direitinho e fica empacado, e sabemos que em 31 de dezembro esse dinheiro volta não sei para onde. Eu até queria saber o que é feito com esse recurso que fica parado, que as emendas não são contempladas. Essas são as minhas perguntas. Parabéns pela explanação. Muito obrigada por estarem aqui. O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Vereadora. Com a palavra o Vereador Dalton Borba. O Sr. Dalton Borba:- Obrigado, Sr. Presidente. Eu quero, em primeiro lugar, cumprimentar toda a equipe a Prefeitura Municipal de Curitiba que está aqui hoje nos apresentando. Quero cumprimentar também, especialmente, a Dra. Aline, representando aqui o Ministério Público do Estado do Paraná. A pergunta que eu tenho é basicamente o seguinte, na planilha que foi apresentada aqui com as prioridades eleitas por política pública no Município de Curitiba para indicação na LOA, e essa é a minha fala na esteira da Dra. Aline, aparece aqui Habitação com cinco votos. E me chama muito atenção Meio Ambiente com quatro votos, Direitos Humanos com dois e Segurança Alimentar e Nutricional com um. Eu gostaria de questionar... Eu quero, em primeiro lugar, parabenizar equipe, porque isso aqui eu entendo como um material riquíssimo, a consulta à população, mas eu gostaria de ouvir aqui quais os critérios que são utilizados para essa pesquisa, porque Curitiba é uma cidade que hoje tem mais de cinquenta mil famílias em situação de irregularidade com a sua moradia. E cinquenta mil famílias representam aqui pelo menos 10% da população da cidade. Nós temos hoje, no Brasil, um mapa da fome com trinta e três milhões de brasileiros em situação, eu não diria nem de fome, de calamidade pública. E, no entanto, esse quesito recebeu um voto! Então, qual é a parte da população que está se manifestando nessa pesquisa? Certamente não é quem está passando fome. Certamente não é quem está em situação de precariedade habitacional nas ocupações de Curitiba, que não são poucas. E me preocupa isso, porque o mecanismo é bom, o instrumento é excelente. A consulta popular, para mim, é a maior representação do estado democrático. Mas, me preocupa, porque quando nós falamos aqui, por exemplo, em obras públicas, que foi muito bem representada aqui, Saúde sem dúvida nenhuma é um dos grandes quesitos, mas eu vejo, por exemplo, a população de Curitiba ter muito mais pleitos no sentido de pavimentação de vias públicas, do que de comida, do que de direitos humanos. Nós tivemos essa semana um sujeito matando, executando a mulher a tiros na porta de uma escola, na frente do filho! E não teve nenhuma demanda nesse sentido aqui, nessa pesquisa? Então, a pergunta que eu faço é, será que nós poderíamos talvez aprimorar esse critério implementando política de busca ativa na população, ir até a população? Não é chamar a população para vir, porque certamente a população mais carente sequer tem condições de vir. Mas eu reforço aqui o meu entusiasmo com esse tipo de pesquisa. Parabenizo a Prefeitura por conta disso, mas eu acho que esse critério pode ser sim um pouco mais justo no seu critério de apuração. Muito obrigado. O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Vereador. O Sr. Rodrigo Marcial:- Para requerimento, Presidente. (Assentimento). Nós nos aproximamos do prazo originário para encerramento da audiência pública, então eu solicito prorrogação até às 12h04. O SR. PRESIDENTE:- Nós temos mais participações, se os Vereadores assim compreenderem, eu peço que nós estendamos por mais vinte minutos. (Pausa). APROVADO. A Sra. Amália Tortato:- Até 12h05, pode ser, Presidente? O SR. PRESIDENTE:- Perfeito, Vereadora. Eu peço a devolutiva aos Vereador, por favor. A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- Ok. Vereadora Noemia, os trinta milhões na Comunicação Social. A Comunicação Social acaba por manter ali todo o recurso destinado às questões de comunicação da Prefeitura, de maneira geral. Então, são ações do Município, são demandas por busca da população para participar em eventos, são ações de avisos, então, todas as comunicações do Município estão destinadas ali, inclusive as comunicações de cunho oficial. Por isso

que temos esses recursos, até pela característica da Secretaria e pela função, destinados a essa área dentro da Comunicação Social. ICMS: o ICMS prejudica, de imediato, as áreas de educação e saúde, porque são áreas que constitucionalmente o ICMS é um dos impostos que faz parte do cálculo do índice, mas prejudica de maneira geral o Município, porque diminui os repasses. Então, do recurso que é destinado do ICMS, vinte e cinco à Educação, quinze para a Saúde e os demais são recursos que podemos utilizar nas demais ações do Município, e que acabam sendo prejudicadas pela redução desses valores. A questão da isenção tributária, o Mario Nakatani que está aqui, que é o gestor desta área, ele me coloca que os projetos estão prontos, que devem estar sendo encaminhados pela Secretaria de Governo na próxima semana para Câmara. Então, já deve estar por aí. A questão do Funrec, da reserva, nós conversamos, não é, Vereadora, naquele dia, o Funrec tem regras bem específicas, é um fundo destinado para situações realmente de calamidade extrema, é um recurso que hoje está lá quietinho esperando, e esperamos que não precise usar esse recurso numa calamidade extrema do Município, mas ele tem regras rígidas quanto a sua utilização. Até hoje, em função de termos o resultado que nós temos, não precisamos retirar recursos desse montante para que possamos socorrer alguma despesa mais específica. A questão dos hospitais, o que nos preocupa é que não será uma despesa pontual, Vereadora. (V) Infelizmente sabemos que ela será uma despesa rotineira, e não posso colocar uma despesa rotineira num recurso pontual. O recurso pode, digo assim, a reserva é a herança que ganhamos, é aquela herança que está lá, não posso pagar despesa de luz com herança porque uma hora vai faltar. Então, precisamos ter recursos que sejam recursos perenes, para que possamos pagar despesas que são perenes. Então, precisamos encontrar esses recursos no meio orçamentário ou trabalhar no sentido de que o repasse da União venha a possibilitar o equilíbrio dos hospitais, que não é uma demanda exclusiva de Curitiba, não é uma situação exclusiva de alguns hospitais, é uma demanda nacional que temos. Então, precisamos efetivamente que se reconheça a importância desses recursos do SUS, e que esses valores possam ser repassados em maiores montantes, até porque o Governo Federal está repassando uma série de outras obrigações, como é o caso do aumento dos enfermeiros. Então, se está ampliando obrigações, teria que estar ampliando recursos também para dar conta disso. E acho que o trabalho maior tem sido nesse sentido. Mas não queremos, e certamente não vamos deixar, os hospitais também virem à bancarrota em Curitiba, porque precisamos e contamos com eles no nosso sistema de saúde. Mas o que podemos fazer? São situações pontuais para tentar resolver demandas pontuais. Não podemos embarcar com esse recurso de uma forma contínua, principalmente com fontes pontuais. Isso que a senhora falou, que tem um reequilíbrio a ser feito para hospital, certamente está sendo observado. Há uma pressão muito grande deles também em cima da Saúde, há uma intenção da Saúde de atender, porque não queremos criar dificuldades. Reequilíbrios são processos complexos até por força de lei, por força de normativas do Tribunal de Contas, não é fácil caracterizar um reequilíbrio. Então, mesmo na situação que tivemos, temos muitas dificuldades em função desse quadro, porque tivemos uma situação financeira complicada até em função da pandemia, mas os reequilíbrios estão sendo analisados. Editamos normas, flexibilizamos algumas normas para que possamos atender os reequilíbrios, mas eles não são processos rápidos, sabe Vereadora, mas à medida que forem acontecendo, e podem ter certeza de que há velocidade e há o olhar para isso, certamente será pago, não há dificuldade quanto a isso. O dinheiro das emendas. Então, também queremos que as emendas deem certo, também queremos que as emendas saiam o quanto antes, o dinheiro que está destinado no orçamento para emenda, não pode a Secretaria se enrolar para usar esse dinheiro em outra coisa, porque não liberamos para outra coisa. O dinheiro que está lá destinado para emenda só será liberado para a execução da emenda. Não poderá ser usado em outros fins. Os Vereadores que aqui estão sabem que, eventualmente, quando precisam alterar alguma coisa, mudar a emenda que não deu certo para alguma coisa, eles querem mudar, pedimos uma carta, uma recomendação do Vereador,

autorizando isso. Então, o dinheiro que está destinado à emenda fica lá, restrito para emenda. Se ele não foi usado, ele vai compor o superávit do final do exercício. É no ano seguinte, infelizmente não temos autorização para fazermos esse repasse. Então, o dinheiro que está lá, está lá para essa finalidade. Não há interesse nenhum em não executar isso, há sim grande dificuldade, Vereadora. Por mais que as entidades do terceiro setor apresentem os documentos, são documentos, como disse é complexo por vezes, é um plano de trabalho, que não está adequado o plano de trabalho com o objeto da emenda, que não está adequado o plano de trabalho com o código da emenda, e daí tudo isso trava, tem que ser refeito ou tem que mudar a emenda. Então, isso acaba por transcorrer tempo e nos jogando para o final do exercício. As vezes a entidade tem uma certidão, daqui a pouco já não tem mais uma certidão, então há uma dificuldade operacional em fazer esses repasses. E sem dúvida alguma, às vezes tem que fazer o repasse, tem que fazer prestação de contas. Então, algumas que receberam no final do exercício passado, por exemplo, lá até o mês de junho, não conseguiram executar o objeto, não do que receberam lá atrás, não conseguiram fazer a prestação de contas. Se não fazem a prestação de contas, não posso repassar outro recurso para elas, entendem? Então, tudo isso é um fluxo que acaba criando uma dificuldade operacional, dificuldade de ambos os lados por uma questão burocrática, porque repassar recurso público para entidades é uma questão bastante burocrática. Mas esse dinheiro, quando não é usado, compõe o superávit e vai ser utilizado de maneira geral no próximo exercício. Há sempre uma demanda. "Mas então, no próximo exercício você repassa", mas no próximo exercício não tenho mais essa autorização legal. Vereador Dalton, a questão do Fala Curitiba, acho que até Adriane pode falar melhor para o senhor sobre essa questão.

A SRA. ADRIANE CRISTINA DOS SANTOS:- Sobre a questão de que a consulta chegue mais na ponta, que seja mais proativa, acho que a estratégia do Fala Curitiba Móvel é a grande diferença de 2021 para 2022, sendo que conseguimos a maioria da participação, pelo que foi apresentado através dos formulários distribuídos nessas ações. Sempre buscamos no Fala Curitiba um aperfeiçoamento para que tenhamos uma capilaridade cada vez maior nas pontas mesmo da cidade, que sabemos que é onde os serviços da Prefeitura fazem a diferença, mas infelizmente não temos como administrar aquilo que a população quer. Então, se não existe, por parte dela, a indicação de prioridade em determinada política pública, no caso que o senhor citou da habitação, é porque não houve um interesse, uma resposta genuína dela a respeito. Essa ação que está apontada no relatório, na verdade é o funil do que foi eleito. Mas posso lhe dar um exemplo que tivemos in loco, até porque fui nessa reunião no Parolin, e tivemos uma grande massa de participação inteiramente voltada para habitação, porque houve uma organização deles sem nenhuma interferência da Prefeitura, para que eles colocassem a pauta da habitação em voga lá. Recebemos sim outras solicitações de habitação nas outras regionais, mas quando passa pelo funil da priorização ela acaba não tendo a representatividade que gostaríamos. Não defendendo nenhuma política ou outra, como a própria promotora falou, não desmerecendo. Escutamos a voz do povo, sabemos da prioridade da habitação. Já escutei de conselhos de políticas que a assistência social tem que ser prioritária, só precisamos deixar claro que trazemos o resultado da escuta. Para o próximo ano agora, 2023, já estamos adequando o processo do Fala Curitiba como fazemos todo ano, mais que dobrando as ações do Fala Curitiba Móvel. Tínhamos duzentas e setenta ações no ano passado, vamos para trezentas e vinte, trezentas e sessenta no ano que vem, se conseguirmos viabilizar o recurso da estrutura necessária. E pretendemos contar com o auxílio da organização das políticas públicas da prefeitura mesmo. Até então, o processo é voltado quase que na totalidade para as administrações regionais. Eles fazem a mobilização da comunidade, eles marcam a reunião de bairro, e queremos agora levar esse processo também para as políticas públicas. Então, vamos oferecer para a Cohab algumas datas dentro do Fala Curitiba Móvel para que atendamos à população que a Cohab acha que é prioritária. Vamos oferecer para a saúde, para a educação, para a cultura, para ver se conseguimos mobilizar um pouquinho mais esses grupos específicos

porque, como a consulta é aberta, qualquer um pode participar indicando sua prioridade. Mas um aperfeiçoamento sempre contínuo, sempre vamos atrás de melhorarmos a escuta, de elevarmos a capilaridade e trazermos para nós mais os temas que realmente fazem diferença para a população, ok? O SR. PRESIDENTE:- Então, vamos passar para o próximo bloco. Temos a Vereadora Amália Tortato, na sequência o Vereador Marcos Vieira. Com a palavra, Vereadora. A Sra. Amália Tortato:- Obrigada, Presidente Vereador Serginho do Posto. Cumprimento a Sra. Daniele, a Sra. Adriane, ao Sr. Mario, à Promotora Aline e, na pessoa de vocês, cumprimento todos os técnicos da Secretaria. Já havia perguntado para Sra. Daniele por que o Secretário de Finanças não veio. Ela explicou que não é o costume. Então, fica aqui minha sugestão para que esse costume seja alterado. Acho que essa é a lei mais importante para Curitiba, é uma lei que essencialmente é da Secretaria de Finanças. Então, fica como uma sugestão, até para demonstrar o respeito e o tamanho, a grandeza que tem essa lei para o Município de Curitiba, para que o secretário esteja presente nas próximas ocasiões. Bom, já votamos este ano, em outras ocasiões, várias situações em que houve aumento de gastos, aumento de custos para o Poder Público. Cito aqui, por exemplo, já votamos aumento de cargos, já votamos reajuste de servidores, reajuste dos salários dos políticos, e outro reajuste de servidores foi também anunciado recentemente pelo Prefeito. Quero ressaltar que todos esses projetos tiveram voto contra da minha parte. Então, a minha pergunta vai no sentido de qual é o esforço; sabemos que você aumenta custo, só tem uma forma, só têm duas formas de compensar essa balança: ou você reduz custos em outras áreas ou você aumenta as receitas. Então, minha pergunta é: quais são os esforços que têm sido feitos pela Secretaria de Finanças para haver uma redução de custos em outras áreas? Cito aqui especialmente duas situações em que isso poderia acontecer, que é o caso de concessão da gestão da administração do Zoológico, que tem um custo de seis milhões anuais da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, que no final sai o dinheiro, sabemos, do bolo do orçamento. E cito também a lei que permite a publicidade nos ônibus, que tem um valor inestimável, não conseguimos nem estimar qual é o valor que poderia ser arrecadado para reduzir o subsídio ao transporte público no Município de Curitiba. Então, qual é o esforço que tem sido feito nesse sentido? E a minha segunda pergunta é: haverá aumento de impostos? Tenho perguntado isto em outras ocasiões para o Secretário: vai haver aumento de impostos? E a resposta é sempre, de certa forma, meio esquiva, não vem uma resposta muito direta. Bom, pergunto isso por quê? Pude observar que para o orçamento do ano que vem há uma previsão de aumento de cento e cinquenta milhões. Com relação ao IPTU, estamos analisando aqui nesta Casa a nova planta genérica de valores. E fiz uma análise do meu próprio caso para ter uma ideia do que aconteceria, e há um aumento, no meu caso, de mais de 130%, mais do que o dobro vou pagar com relação ao IPTU do que pago hoje, com essa nova planta genérica de valores. Então pergunto, isso é aumento de imposto? É isso que estamos fazendo para a equipe equilibrar essa balança? E ainda pergunto e sugiro, se é possível termos um simulador para que a população tenha acesso a verificar qual vai ser o novo valor pago de IPTU, e com relação à taxa de coleta de lixo. Se é possível disponibilizar um simulador para que a população tenha noção de qual vai ser a diferença com relação ao valor pago. E já me encaminhando aqui para minha última pergunta, que é com relação ao transporte público. Verificamos que para o ano que vem há uma previsão de sessenta milhões com relação ao subsídio. Essa foi uma sugestão do Partido Novo, feita pela pessoa do Vereador Rodrigo Marcial, que inclusive agradeço por ter acatado essa sugestão de ter uma previsão para subsídio, que anteriormente não existia. Mas este ano, o ano de 2022, já aprovamos aqui nesta Casa um subsídio no valor de cento e trinta milhões, mais do que o dobro do que está previsto para o ano que vem. Então, minha pergunta é: qual é o motivo do otimismo? Vocês estão entendendo que vamos precisar subsidiar menos o transporte público no ano que vem? Então, essas seriam as minhas perguntas. Agradeço imensamente. O SR. PRESIDENTE:- Ok, Vereadora. Com a palavra Vereador Marcos Vieira. O Sr. Marcos Vieira:- Obrigado,

Presidente. Cumprimento aqui a Daniele, cumprimento toda equipe pela apresentação, pela explanação e pelo detalhamento da apresentação. Embora tenhamos um problema cultural, que é a resistência da população em participar, acho que traz um detalhamento muito importante que ajuda a entendermos as demandas da população. Cumprimento também a Dra. Aline, que traz essa pauta tão importante que é a moradia. E já aproveito para agradecer a atenção dada todas as vezes que procuramos para falar sobre moradia. Tenho aqui três perguntas, está lá na apresentação na página 45, que está relacionada às despesas principais, lá do grupo de despesas. Temos ali a questão do pessoal e encargos sociais, que em 2020 teve 47%, depois em 2021 caiu para 44%, hoje em 2022 está ali 49%, e há uma previsão para 2023 de 52%. Esse aumento está relacionado a aumento de quadro, a concurso público ou o que seria? Também relacionado lá, às despesas por função de governo, o que ocupa o primeiro lugar na apresentação é a Previdência Social com 22,61%, depois vem a Saúde em segundo. Mas a minha pergunta é: existe 2,88% que são "outros". O que seriam esses "outros" que entram nessas despesas? Enfim, para o final aqui está relacionado à questão das previsões na página 54, que estão relacionadas à criança e ao adolescente. As ações orçamentárias exclusivas têm uma previsão de sessenta e dois milhões, e as não exclusivas de dois bilhões trezentos e noventa e oito. Só mais por questão de conhecimento, o que seriam essas ações não exclusivas? Seria isso. Obrigado. A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- Vamos por etapas. O aumento das despesas. Então, claro, o aumento das despesas ou está pautado na redução de alguma outra despesa, ou está pautado no aumento, no incremento que você tem na própria arrecadação. Temos uma variação, principalmente para despesas de pessoal, até mesmo na lei municipal. Na LRF municipal temos uma regra que impõe limites para a questão de pessoal, que está relacionada ao aumento que temos na arrecadação. Então, a variação das receitas correntes líquidas dos anos anteriores ao ano da aplicação. O que vamos executar em 2023, vamos pegar a variação entre 2021 e 2022 da receita corrente líquida, e essa variação podemos usar no máximo 80% para fazer incrementos de pessoal. Ela é pautada no incremento que temos. O que nós conseguimos de crescimento no orçamento podemos, por regra de lei, usar até 80% para incrementar questões de pessoal. Não chegamos nesses valores, mas usamos isso de limitador e estamos pautados no incremento que temos do aspecto orçamentário. E a receita corrente líquida, aquela receita que podemos, realmente, utilizar nas despesas que sejam de cunho constante, como é uma despesa de pessoal. A despesa de pessoal aumenta com muitas questões relacionadas, e aí já aproveito para responder ao Vereador Marcos. Temos um déficit de funcionários, que no tempo foi acontecendo. Por exemplo, vou falar da Secretaria de Finanças, que é um horizonte que temos informações muito claras, é uma secretaria onde tínhamos mais de quinhentos funcionários, hoje trabalhamos com trezentos, e temos uma reposição que está acontecendo. Claro que não temos que repor a mesma quantidade que tínhamos, porque você tem incrementos dos processos de informática, alterações dos procedimentos, tudo isso é trabalhado para que não tenhamos que repor o pessoal no mesmo limite que tínhamos antes. Mas, como temos um grande fluxo de saída do pessoal, que é o que faz aumentar as despesas de previdência que estamos vendo, temos um grande fluxo de saída de pessoal agora previsto para esses anos, também precisamos encontrar formas de não deixar o serviço a descoberto. Por isso, você tem um incremento de entrada de pessoal na Prefeitura, num valor muito inferior ao que saiu, mas que está, devagarinho, recompondo os serviços no limite das suas necessidades. Então, isso, claro, vai pesar na folha. Mas, o que pesa, significativamente no crescimento da folha é a questão dos novos valores para a educação infantil, e a questão da projeção dos novos valores para os enfermeiros, que não eram previstos e que são aumentos significativos que teremos que contar. Estamos falando de aumentos na ordem de 30%, muito acima do que esperávamos em grupos que não são pequenos, são grupos de mais de duas mil pessoas. Então, são valores realmente significativos que, por força de lei, tivemos que atender. Então, realmente, esses valores causam

um incremento significativo no valor de pessoal. A questão das ações que fazemos. A Finanças sempre trabalha no sentido de procurar e de fazer esforço para que se reduzam custos. Trabalhamos por dentro dos contratos, temos equipes de trabalho específicas para reverem contratos, reverem novas dinâmicas, novas formas de executar despesas. Agora estamos trabalhando com pessoal, com questão da limpeza, estar checando questões do Governo Federal, a leitura constante das ações dos tribunais de conta, as notificações, as normativas, checamos os orçamentos. Temos um grupo enorme trabalhando nesse sentido, sempre de estar buscando a eficiência dos contratos públicos. Então, é manter os serviços prestados, não queremos a redução dos serviços, mas sempre apurando a custos menores, dentro da possibilidade, mesmo com a questão inflacionária. E se a senhora observar, tivemos um quadro mostrando a despesa, a despesa corrente que temos no Município só diminui nos últimos anos. Embora tenhamos incrementos inflacionários, embora tivemos o aumento de preços, temos a manutenção dos serviços e a redução das despesas correntes, porque fazemos um trabalho minucioso de apurar esses contratos. Há um aumento difícil, principalmente para as questões das PPPs, das parcerias, porque a instabilidade de um processo, que estamos vendo nos dois últimos anos, com a questão da Covid, e nesse ano, com todo o processo eleitoral que temos no Brasil, há uma dificuldade de você trazer as empresas para um processo de parceria público privada. Então, a concessão, as questões ficam limitadas. E, muitas vezes, pelas taxas que se mostram no mercado, elas acabam sendo inviabilizadas. Se você vai buscar equilíbrio econômico financeiro, a taxa dessas possibilidades que abrimos, estamos sempre estudando, Vereadora, elas são complexas para um período desse. Principalmente nesse ano, tivemos um aumento inflacionário muito grande no primeiro semestre. São alterações que, muitas vezes, precisam de dois anos para serem sedimentadas. E no estudo, nos primeiros anos que fazemos, já verificamos que não há condições de realizar nesse momento esse tipo de operação. Então, acaba por você consolidar todo um processo e chegar no fim e não acontece nada. As empresas não participam dos processos. Então, também há um olhar nesse sentido, de procurar no mercado um ambiente que nos propicie uma concessão de sucesso que seja efetiva e que apresente um aumento com um preço condizente. Não dá para trabalharmos com concessões num momento inflacionário, você trabalha com um preço que durante vinte anos vai ser absurdo. Então, precisamos procurar esses espaços dentro do mercado, e esses últimos anos não têm sido propícios para esse tipo de exceção. A Sra. Amália Tortato:- Acho que no caso dos ônibus seria bem mais tranquilo, não é? A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- Sim. Acho que tem um estudo para viabilizar isso, eu não posso lhe responder direto, acho que a Urbs seria o mais adequado, mas tem um processo para fazer isso. A questão do imposto. Temos sim a questão da PGV, está aqui na Câmara para estudo. Essa PGV aumenta a base, não aumenta o imposto. Acho que isso precisa ficar claro. Temos um valor sobre o qual o imposto é calculado. Então, a PGV vai aumentar essa base, que é isso que, historicamente, temos sido demandados. Então, vamos trabalhar com essa base de cálculo e, por isso, você tem alguns ajustes de impostos. Teremos situações de redução e situações de ampliação. Depende muito de caso a caso. Teremos situações diversas no Município, em função desses ajustes. Temos quase vinte anos de história para pôr em ordem nessa PGV. Mas também temos limitadores, Vereadora. O projeto de lei, que é complexo, traz quais são os limitadores e como vamos fazer isso de modo também a não ser extremamente oneroso, e não vamos dobrar a arrecadação de imposto. Não é isso que está aparecendo nem no orçamento. Teremos sim alguns incrementos em algumas áreas, mas isso também será feito de forma pausada e limitada. O simulador é uma coisa bastante complexa, de trabalhar com uma base gigantesca que temos. A partir do momento em que tivermos o lançamento do imposto, as pessoas conseguirão ter acesso, pelas suas inscrições, à situação de cada uma antes de receberem seus carnês. E sabemos que teremos um período de contestação, de explicação, de caso a caso e de correção, se for o caso também. O SR. PRESIDENTE:- Sra. Daniele, a senhora pode fazer suas

considerações finais, só para encerrarmos nosso tempo, pode ser? A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- Vereador, faltou a questão dos sessenta milhões do transporte. Estamos trabalhando com cento e trinta e sete milhões este ano, mas claro que já saímos de uma situação de pandemia. A situação do transporte começa a se modificar. A situação da demanda, pelo transporte, começa a se modificar. Isso nos traz um equilíbrio diferente dos recursos da Urbs. Trabalhamos com a possibilidade de ter esse repasse ainda do Governo do Estado, de ter o repasse do Governo Federal, que esse ano ficou em trinta milhões, mas, a princípio, deve ser maior para o ano seguinte. Tudo isso vai compor os recursos da Urbs e, por isso, fazemos uma previsão de um valor menor de repasse para a Urbs para equilibrar o transporte. E tomara, Vereadora, que cheguemos um dia que não precisemos mais fazer esse equilíbrio. A ideia é que tenhamos um transporte que se sustente, passados esses momentos que tivemos, que foi de desequilíbrio, que num longo prazo consigamos ver isso se equilibrando novamente. A minha parte, Vereador, fica a proposta do Município, de novo equilibrada, mostrando que temos um Município, financeiramente, saudável para a avaliação dos Srs. Vereadores. Muito obrigada. O SR. PRESIDENTE:- Agradecemos a presença da Sra. Daniele Regina dos Santos, Superintendente da Secretaria Municipal de Finanças; da Sra. Adriane Cristina dos Santos, Diretora de Planejamento do IMAP; do Sr. Mario Nakatani Júnior, Superintendente Fiscal; e dos demais técnicos do Município de Curitiba, em especial da Secretaria Municipal de Finanças. Um agradecimento especial à Promotora de Justiça do Ministério Público do Paraná, Dra. Aline Bilek Bahr, que tem vindo frequentemente a esta Casa participar ativamente do processo orçamentário municipal. Agradecer aos Vereadores que compõem a Comissão de Economia, formada por Serginho do Posto, Hernani, João da 5 Irmãos, Jornalista Márcio Barros, Professora Josete, Osias Moraes, Ezequias Barros, Tito Zeglin, Rodrigo Marcial. Também agradecer à equipe técnica da Câmara Municipal de Curitiba, e aqui faço um agradecimento a duas diretorias, a Diretoria de Comunicação, que colaborou muito para que tivéssemos uma ampliação para a divulgação do orçamento participativo, e a Diretoria das Comissões, na figura da Sra. Diretoria Daniele Vanderbruk, do Tiago Carneiro, Roberjan Prestes, Elis Azevedo, João Costa, a equipe do audiovisual, que colaboraram para que tivéssemos êxito nessa audiência. Não havendo mais perguntas e ninguém mais desejando fazer uso da palavra, damos por encerrada a presente audiência pública, agradecendo a participação dos Srs. Vereadores, das Sras. Vereadoras, demais autoridades, e a todos que acompanharam nossa audiência. De imediato passo a palavra ao Vereador Tico Kuzma para dar continuidade aos trabalhos legislativos desta Casa. Bom dia a todos". Do que, para constar, a presente Ata foi organizada por Alan Fernando Rebelo Diório e revisada pelo servidor Tiago Maximiliano Carneiro Leão, de acordo com as Notas Taquigráficas, e será assinada pelos Vereadores que compõem a Comissão.

Sergio R. B. Balaguer (Serginho do Posto)
Presidente

Rodrigo Marcial
Vice-presidente

Ezequias Barros
Membro

Hernani
Membro

Jornalista Márcio Barros
Membro

João da 5 Irmãos
Membro

Osias Moraes
Membro

Professora Josete
Membro

Tito Zeglin
Membro